

# Diário do Legislativo de 14/01/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves\* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - 337ª Reunião Ordinária

#### 2 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### 3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

## 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATA

#### ATA DA 337ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 30/12/97

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Francisco Ramalho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 2.458 a 2.460/97 - Comunicações: Comunicações dos Deputados Alencar da Silveira Júnior (2) e Paulo Schettino (2) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Raul Lima Neto, Adelmo Carneiro Leão, Geraldo Nascimento e Marcos Helênio - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.547/97; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Gilmar Machado e Raul Lima Neto; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; declaração de voto - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.550/97; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão, Anderson Aduino e Raul Lima Neto; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; declarações de voto - Requerimento do Deputado Marcos Helênio; deferimento; discurso do Deputado Gilmar Machado - Requerimento do Deputado Anderson Aduino; deferimento; discurso do Deputado Anderson Aduino - Requerimento do Deputado Arnaldo Penna; deferimento; discurso do Deputado Arnaldo Penna - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.425/97; Requerimentos dos Deputados Anderson Aduino, Gilmar Machado, Durval Ângelo, Marcos Helênio e Arnaldo Penna; deferimento; discurso do Deputado Durval Ângelo; questões de ordem; registro de presença; discursos dos Deputados Gilmar Machado, Marcos Helênio, Ibrahim Jacob, Maria José Hauelsen, Paulo Pettersen, Antônio Júlio, Antônio Andrade, Adelmo Carneiro Leão, Raul Lima Neto, Geraldo Nascimento e Anderson Aduino; votação do Substitutivo nº 1; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; declarações de voto - Prorrogação da reunião - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.426/97; discursos dos Deputados Anderson Aduino e Gilmar Machado; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Gilmar Machado e Durval Ângelo; apresentação das Emendas nºs 2.291 a 2.296; encerramento da discussão; Requerimentos dos Deputados Irani Barbosa, Rêmoló Aloise, Antônio Roberto, Antônio Andrade e Gilmar Machado; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das emendas e das subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição; votação das Emendas nºs 2.291 a 2.296; aprovação; votação das Emendas nºs 1.613 a 1.618, 2.007, 2.072 a 2.075, 2.207, 2.283 a 2.285; rejeição; votação das Emendas nºs 1.495 e 1.496; aprovação; votação das Emendas nºs 489 a 498; rejeição; votação da Emenda nº 1.653; aprovação - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduino - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pérciles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcelos - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Dilzon Melo, 4º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado José Bonifácio, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. José Joaquim Benfica, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, solicitando a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/97. (- Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 45/97.)

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, encaminhando o quadro "Resumo dos Estabelecimentos Penais Contratados" e informando que já foram emitidas pelo Departamento de Obras Públicas as Notificações de Ordem de Início das obras relacionadas. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Arnaldo Lemos Figueiredo, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais, encaminhando cópia do extrato de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças de Minas Gerais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Flávio Menicucci, Chefe do 6º DRF - DNER, informando que a BR-267 é conservada pela firma Rodocon Construções Rodoviárias Ltda., por meio do contrato PG-113/94-00 e que estão tentando viabilizar recursos para melhorar as obras na mencionada BR.

Do Sr. Estevam Jesuino de Las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes Imóveis e Serviços, da Secretaria de Administração, informando que a Pasta está de acordo com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.485/97, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Divinópolis. (- À Comissão de Constituição e Justiça. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.485/97.)

Do Sr. Paulo Ribeiro Ferraz, Presidente do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA -, do Município de Caldas, solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 1.293/97. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.293/97.)

Do Sr. Wagner Túlio de Faria Pereira, Diretor-Presidente da Associação dos Funcionários do BDMG - AFBDMG - (2), solicitando apoio para a aprovação das emendas ao Projeto de Lei nº 1.550/97 sobre o aumento do capital social da COPASA-MG e sobre a integralização do FAE-MG no capital dessa empresa. (- Anexem-se ao Projeto de Lei nº 1.550/97.)

Dos Srs. Dilson Dalpiaz Dias, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB -; Marconi Silva Santos, Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Uberlândia - SINDMETAL - Uberlândia -; Hélio Alves Ferreira, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Araguari - ACIA -; Luiz Alfredo Massaro, Sócio-Gerente da Refrigerantes do Triângulo Ltda.; Osvaldo Teixeira, Diretor da Chocolates Imperial; Alexandre L. Biagi, da Uberlândia Refrescos S.A., e do Presidente do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Uberlândia - SINDIPAN -, solicitando a rejeição do pacote fiscal proposto pelo Governo do Estado.

Do Sr. Carlos Roberto Valim dos Reis, Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - AMVAP -, encaminhando sugestão para alteração dos critérios da Lei Robin Hood II. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Arnaldo Lemos Figueiredo, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais, enviando cópia de extrato de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Associação Brasileira de Jockeys Clubs, em cumprimento a determinação da Lei nº 8.666, de 1993, e das Portarias Ministeriais nºs 99/94 e 607/96. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

#### CARTÃO

Do Sr. José Santana de Vasconcelos, Deputado Federal, acusando o recebimento de ofício que encaminhou requerimento do Deputado Carlos Pimenta.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### REQUERIMENTOS

Nº 2.458/97, do Deputado Jorge Hannas, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com o Sr. Carlos Henrique Mudado Maletta pela publicação do seu livro "A Cidade e os Cidadãos - Belo Horizonte - 100 Anos". (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.459/97, do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas à instalação de uma guarnição do Corpo de Bombeiros no Município do Serro. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 2.460/97, do Deputado Ivair Nogueira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à contratação de peritos criminais e médicos legistas para atender à demanda dos serviços desses profissionais no Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Alencar da Silveira Júnior (2) e Paulo Schettino (2).

#### Oradores Inscritos

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - "E se quisesse Deus que essa tão distinta platéia saísse daqui esta tarde tão desenganada com o pregador quanto se vê enganada com a pregação, tão desenganada com a mensagem quanto se vê enganada com o mensageiro, ouça e ouçamos todos o discurso". Essas são palavras do Pe. Antônio Vieira no seu discurso "A Septuagésima", em que ele, como profeta de Deus, sonhava com o avivamento do Brasil, livre da escravidão, da opressão e da exploração do homem pelo homem.

Para três assuntos importantes assomo a esta tribuna. Um é para falar sobre o meio ambiente, sobre o nosso projeto que foi retirado da pauta e que propõe o saneamento dos rios e cursos de água. Ele foi aperfeiçoado por esta Casa, por assessores que amam o meio ambiente. E a COPASA-MG diz ter aceito esse projeto como um dos melhores, inclusive elogiado pelo CEFET, e foi retirado pelo Deputado José Militão, que não cumpriu o acordo. Havia um acordo de se votarem todos os projetos dos Deputados, e acordo se cumpre. Vou falar sobre um acordo que vou cumprir, mas, como saí desenganado com o pregador, quero dizer que se descumpriu um acordo.

Também um projeto sobre o serviço 900, que diz que só poderá ser cobrada a conta do usuário do telefone se ele der, antecipadamente, uma carta autorizando a companhia telefônica a acessar o serviço 900. Quantas crianças conseguem acessá-lo! O povo brasileiro é hipnotizado. Que se use o serviço, mas com autorização. São milhares de casos no Estado. Eu viajei e deixei minha sobrinha em casa, com a minha cunhada, e, quando cheguei, estava lá a conta: Beto Carrero, disque isso, disque aquilo. Existe também o jogo. Ligue 900-004 para falar se vai dar Flamengo, 900-003 se vai dar Botafogo, etc. O preço da ligação é R\$3,90. A TELEMIG recebe apenas o dela, o impulso normal por chamada. Não pode ser mais, ou será que pode? Fica a pergunta.

Quero parabenizar os Deputados, porque aqui é uma Casa da justiça. Ela tem que ser compromissada com a justiça e a verdade. O projeto sobre o serviço 900 foi aprovado. S. Exa. falou que sancionaria o projeto. O jornalista do Canal 25 perguntou a S. Exa., e ele disse que o aprovaria, mas vetou o projeto.

Agora, quero falar de um acordo que vou cumprir. Fiz um acordo com o povo de Minas Gerais, com os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Anivaldo Coelho, Anderson Adauto, com todos que estão na Oposição, com o Arnaldo Canarinho, e com muita honra, porque eles estão combatendo um bom combate. Não desistiremos. Esse projeto será rejeitado nesta Casa. Esse é o nosso acordo.

Chega de impostos, por favor. A sociedade não suporta mais. Sabem por quê? Porque, se aprovarmos isso, não somente concordaremos como aprovaremos quem faz tais coisas. Está escrito em Romanos, Capítulo I, versículo 18: Deus não terá por inocente os que não somente praticam, mas aprovam. É um costume no Brasil, é uma cultura no Brasil "draculiana", de Conde Drácula. E nós, draconianamente... porque são leis draconianas, para oprimir o povo. Drácon contava com 500, o Governador não conta com 77. Penso que, na verdade, não conta com um, se pararmos para pensar. Ou um só.

Fui desrespeitado. Um companheiro mostrou que o acordo havia sido celebrado no sentido de que haveria envio de R\$400.000,00 ou R\$350.000,00 em verbas e que eu era burro... Disse a ele: colega, essa distribuição de verbas para que os Deputados repassem as suas bases é um costume.

Eu lhes digo que Deputados há aqui que aplicaram essas verbas dez mil vezes melhor que qualquer outro, porque conheciam a sua região, a necessidade. Vejo o que o Deputado Carlos Pimenta faz pelo Jaíba. Promete e cumpre.

O Deputado Mauro Lobo - Permite-me um aparte, Deputado?

O Deputado Raul Lima Neto - Então, eu disse o seguinte: este Poder nunca pode ficar subserviente. Sabe por quê? Porque Deputados fazem promessas de pontes. Em Buritis, falei com o Prefeito, tive a honra de ter chegado a ele. O Deputado Jorge Hannas também o ajudou. Sei que foram mais de R\$100.000,00 bem aplicados em pontes, poços, maquinário. Foi uma obra social lindíssima. A Prefeitura, realmente, aplicou sabiamente. Ai, os meus olhos são draconianos, não "draculianos".

Quero concluir dizendo que é pela democracia que este Deputado tem a palavra, Deputado Romeu Queiroz, e não pode ser cassada neste momento, não pode ser interrompida, porque é regimental.

Quase perco o Regimento. Comecei a estudar o Regimento. Dediquei dois anos aos meus projetos. Conseguimos aprovar e sancionar dois projetos. Fizemos um pronunciamento dizendo à Polícia Militar: um dia o corpo dói. Isso foi no início do mandato. Está aí, nos anais da Casa. Não podem deixar um soldado na rua, com um salário miserável desses. Estamos precipitando a corrupção. É uma forma deformada. Propus que se aumentasse o orçamento para a segurança interna. Defendemos uma proposta de emenda à Constituição. Eu me dediquei a isso. Dediquei-me ao meio ambiente. Tornamos o rio Pandeiros, o único rio, Deputado, berçário da bacia do São Francisco.

Agora eu me dediquei ao Regimento e fiquei encantado. Falei: que vocação linda, Deputado Romeu Queiroz, parabéns, a vocação do parlamentar. O Regimento é lindo. Comecei a estudar à noite. E falei: larga de ser burro, rapaz, não vou estudar mais, não. Uma emenda mudou o Regimento.

Esta Casa, digo também ao Deputado Durval Ângelo, honra um compromisso. Nós fizemos um compromisso. Não foi, Deputado Durval Ângelo? Fizemos um compromisso com todos. Todos nós fizemos. Qual é o compromisso? Esse projeto será rejeitado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Eu gostaria de dizer uma coisa, usando o meu tempo.

Eu quero sentar e dizer aos senhores que nós teremos a oportunidade de votar o orçamento. Esta Casa é um Poder que tem que ser independente. Temos que pensar, que nos modernizar, que quebrar a forma já estabelecida. Este Poder é quem dita porque são 77 cabeças. Não pode ser influenciado de maneira nenhuma porque isso corrompe o Poder. Sentarei para ver e verei, e sei que não é, porque sei que, mesmo um acordo de 10%, não adianta. O que nós queremos é mostrar que chega de impostos no Brasil. Se aprovamos isso, o Governo deixa de pôr os olhos, pecado. E quem está me ouvindo agora, sei que temos um Sebastião Helvécio, um Sebastião Navarro Vieira, que conhecem muito as coisas espirituais. Jesus ama e é cheio do Espírito Santo. Miguel Martini sabe disso também. São homens que podem dizer, podem comprovar o que eu vou dizer com toda a sinceridade. Senhores, sei que o acordo de 10% pode parecer bom, mas não para mim nem para aqueles que firmaram um acordo, porque firmamos um acordo juntos. Gastei tempo dizendo até de meus projetos. Projetei os meus projetos, é claro.

Agora, Deputado João Leite, você tem o seu tempo regimental, ajude-me. Ajude-nos. Aliás, eu quero ajudar neste momento, porque estão do lado certo o PMDB de Anderson Adauto, o PT de Durval Ângelo e o PDT do grande Ibrahim Jacob. Tenho dito. Senhor, eu ainda tenho 1min39s, e quero dizer o seguinte: eu vi um orador que me encantou porque é vocacionado, é o nosso querido Deputado Braga. O Prefeito de Lontra, uma cidade que ajudamos, para a qual mandamos uma ambulância, já que ela não tinha, postos, clínica, veio aqui dizer: "O senhor é o nosso Deputado Estadual, o Cleuber é o Federal". Cheguei lá, num dia de festa, e ele disse: "O negócio é o seguinte, é o José Braga". Eu fui ouvir o José Braga e fiquei calado. Depois falei: moço, esse cara vai me esmagar, o cara é bom demais na palavra. Nós vamos ouvir a tese dele porque ele tem uma tese bonita, porque há homens honrados do lado do Governo, há homens honrados do lado de cá. Temos um corpo que, se derramar a luz - como David disse: "Derrama a luz nas minhas trevas, Senhor" -, ninguém segura, porque aqui é uma Casa de homens vocacionados, e quer dizer "não". A forma ainda é a forma porque ela influencia. O poder de liberação é do Executivo, mas ele não pode usar isso como barganha. Não creio que ele usou isso, creio que o Deputado Glycon Terra Pinto, quando me disse isso, talvez num momento de ênfase, está todo o mundo nervoso, ele disse em um momento de ímpeto, mas, se ele usar a palavra, saberá usar para defender. Ele vai usar o seu tempo regimental, tenho certeza. Isso é democrático. V. Exa. tem 15 minutos para se inscrever, depois mais 10 minutos para encaminhar, como Líder do seu partido. V. Exa. vai contribuir demais para que esta Casa dê um exemplo e diga "não", chega de impostos.

Existem outros lugares que o Governo do Estado não contemplou ainda, porque tirou os olhos. E pecado aí, sabem eles e sabe você que é da igreja, é tirar os olhos. Nós estamos cegos, porque só achamos recursos no bolso do povo. Chega de impostos!

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes nas galerias, representantes da imprensa, servidores desta Casa; estamos chegando ao final do ano e podemos avaliar positivamente o desempenho da Assembléia Legislativa. Muito foi realizado nesta Assembléia, muito foi realizado pelos Deputados, muito foi realizado por parte dos técnicos desta Casa.

Em relação à elaboração e votação de projetos de lei, realização de seminários, conferências, debates, audiências públicas, a Assembléia constituiu um espaço permanente de debate, aberto à participação da sociedade. No entanto, também temos que avaliar criticamente o seu comportamento em relação a determinados encaminhamentos estabelecidos e, principalmente, em relação às suas atitudes frente ao Executivo. Se todos tiveram atitudes positivas, se puderam dar uma parcela significativa de contribuição à construção da democracia, é preciso salientar que muitas atitudes contrariaram os objetivos do desenvolvimento do Estado, do interesse coletivo, do interesse público.

É preciso que essas questões sejam recolocadas neste final de atividade, como um ponto de reflexão, para que não mais aconteçam e a Assembléia Legislativa possa aprimorar-se e caminhar sempre no rumo do desenvolvimento e dos serviços para o bem comum.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o episódio que resultou na protelação das atividades da Assembléia Legislativa tem que ficar registrado no coração e na inteligência de cada Deputado, para que nunca mais aconteça, para que possa ser superado no sentido de fortalecer a atividade democrática. Quando o Governo do Estado de Minas Gerais encaminhou a esta Assembléia um pacote de projetos, com o objetivo de elevar impostos e aumentar a arrecadação, fê-lo com o argumento de que o Estado passa por enormes dificuldades. É preciso que todos nós lembremos que, se esse pacote fosse votado na íntegra, sem nenhuma modificação, a totalidade dos recursos arrecadados pelo Governo poderia atender às suas necessidades imediatas, ao seu problema de caixa, mas não resolveria o problema do déficit público. E mais grave: penalizaria de maneira brutal e inaceitável a população mineira. E mais grave ainda: seria aplicado de maneira injusta; muitos, e nem sempre aqueles que mais podem, seriam e estão sendo penalizados numa proporção maior do que uma minoria que pode muito mais. Se o Deputado Carlos Pimenta deseja um aparte, concedo com prazer.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Agradeço ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. Quero dizer ao Deputado que esta Casa, principalmente na tarde de hoje, deu uma demonstração de que é necessário esgotar todos os recursos, independentemente de posições, para que o diálogo possa prevalecer. Aqui é a Casa do debate, e há muita gente que ainda não entendeu esse ponto. Aqui se debatem os problemas, aqui é o fórum político do Estado de Minas Gerais, e, mais uma vez, a Assembléia Legislativa de Minas deu uma demonstração de que o diálogo, quando é bem conduzido, em uma linha de respeito, de valorização do Poder Legislativo, do parlamentar que representa todo o povo de Minas Gerais, quem sai ganhando, na verdade, é o povo. Fora as noites maldormidas, as madrugada que estamos passando aqui, foi extremamente proveitoso, principalmente para alguns Deputados, entre os quais me incluo. Entrei na vida pública em 1976, como Vereador à Câmara de Montes Claros, onde fiquei durante 16 anos, e fui talhado no debate. Acho que é preciso dialogar, esgotar todas as formas de diálogo, para que possamos encontrar um denominador comum.

Respeitando as posições do PT, de V. Exa. e demais companheiros, dos demais parlamentares de outros partidos, do PMDB, gostaria de dizer que foi extremamente importante, foi uma oportunidade de crescimento e, acima de tudo, esta Casa saiu valorizada. Saiu valorizada no momento em que o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, não aceitando a forma como foi tratado esse episódio do IPVA, de uma forma muito firme, que não poderia ser outra, como representante maior do parlamento mineiro, do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, suspendeu a tramitação, por 24 horas, daquele projeto. E ficou a lição de que há resistência, de que os Deputados e a sociedade mineira não aceitam a forma como as coisas aconteceram. Ficou a lição, principalmente, do diálogo, a vitória da democracia.

Cumprimento V. Exa. e os demais pares, acho que temos tudo para encerrar os trabalhos na tarde de hoje e começar 1998 com o pé direito. E, principalmente, por ser um ano difícil, de política, eleições, para que possamos sentir a força do diálogo e do compromisso. Parabéns, Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado pela sua contribuição, Deputado Carlos Pimenta.

Dando continuação ao meu raciocínio, quero dizer que, em relação ao pacote do Governo do Estado de Minas Gerais e compreendendo neste momento que era preciso fazer um debate mais detalhado e mais aprofundado, o PT avaliou que seria importante para todos nós reduzir a pauta, já que nós tínhamos uma quantidade enorme de projetos, e todos eles merecedores de reflexão, contendo aspectos polêmicos; notamos que era preciso dividir essa pauta e que alguns poderiam ser transferidos para o próximo ano. Conseguimos estabelecer um acordo inicial sobre a divisão da pauta, e projetos como a questão das Propostas de Emenda à Constituição nºs 48 e 30, a proposta relativa à administração e condição previdenciária dos servidores públicos foram transferidas para o próximo ano. Reduzimos a pauta, porque o pacote do Governo, a questão do IPVA, da COPASA-MG, da CEMIG, no nosso entendimento, mereciam uma análise detalhada, uma discussão exaustiva, para que pudéssemos melhorar, avançar nessas proposições. Quero dizer, Srs. Deputados, que nós avançamos. Conseguimos introduzir emendas que foram aprovadas, mesmo admitindo que não era o melhor para Minas Gerais e, por isso mesmo, votando contrariamente à proposição básica, encaminhamos emendas conseguindo que algumas delas fossem aprovadas, isentando, por exemplo, de ICMS, o consumo de energia até o limite de 90kW. Conseguimos, na proposta da COPASA, introduzir uma emenda que garante que os recursos da COPASA sejam destinados exclusivamente a projetos, programas de saneamento básico, considerando que saneamento é uma grande dívida que o Estado tem para com a sociedade. Conseguimos convencer os Deputados disso e, por isso mesmo, oferecemos parcela significativa de contribuição. Em relação ao IPVA, duas questões fundamentais nós destacamos. Uma delas coloca esta situação e este projeto que, na nossa compreensão, definitivamente, deveria ser votado no final desta atividade legislativa. Foi lamentável a atuação arrogante, precipitada, grosseira por parte do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria da Fazenda, ao elaborar as guias de arrecadação do IPVA. Além do mais, uma atitude arriscada porque, elaborando essas guias, as mudanças que eventualmente pudessem ser introduzidas pelo Plenário poderiam torná-las absolutamente desnecessárias, inviáveis, o que resultaria em gasto a mais por parte do Governo. Este representa ponto importante para nossa reflexão. Muitas vezes, o Governo, de maneira inconsistente, irresponsável e precipitada, gasta recursos devido à falta de planejamento e suposta auto-suficiência. E, ainda mais grave, na atitude do Governo, assistimos, numa ação de total desprezo para com esta Assembléia Legislativa, ao encaminhamento para os usuários, para os cidadãos, para os proprietários de veículos, de um número muito significativo de guias de IPVA. Esse fato motivou, por um período extremamente curto, o Presidente da Assembléia a tomar iniciativa que fez esta Assembléia mais digna, forte e independente, mas, como eu disse, por um período extremamente curto. Não digo que o Presidente da Assembléia Legislativa tenha se curvado à força do poder central do Palácio da Liberdade mas, infelizmente, a imensa maioria dos líderes desta Assembléia, não compreendendo a dimensão e a grandeza da atitude do Deputado Romeu Queiroz e curvando-se diante das forças do Palácio da Liberdade, fez com que o processo e o projeto retornassem a esta Casa.

No momento seguinte em que eu tiver oportunidade, irei concluir essas considerações. Em razão disso, estamos fazendo esta Assembléia menor diante da história e do Palácio da Liberdade, ao aceitar o retorno do projeto neste momento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Geraldo Nascimento.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, caros Deputados, pessoas presentes nas galerias, profissionais da imprensa, de fato, hoje, na parte da manhã, presenciávamos situação que deixou perplexa a maioria dos Deputados desta Casa. Estava, na verdade, em jogo questão elementar de cidadania do povo mineiro. Sinto-me muito tranquilo, Sr. Presidente e caros Deputados, neste momento em que o Líder do nosso partido, Deputado Marcos Helênio, junto com a Liderança do PMDB, nos retratava o acordo que foi feito nesta Casa, visando ao bom entendimento e ao respeito por este Poder, que significa o respeito ao povo mineiro. Já tínhamos, inclusive, alguns Deputados que haviam se manifestado favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.425 e que usaram do expediente de 5 minutos para poder protestar contra o absurdo que seria o efeito do requerimento do meu amigo, ex-professor, companheiro de luta, Arnaldo Penna. Falo disso, porque sei da competência deste Deputado. Reconheço que Arnaldo Penna, como meu professor, como uma pessoa integrada na comunidade de Conselheiro Lafaiete, sempre esteve a favor do povo trabalhador, sempre resgatando a grandeza no que se refere à cidadania da população.

Por isso, Sr. Presidente, iniciei a minha fala discorrendo sobre o que é política.

Gostaria, agora, de trazer uma notícia triste. Ela não produz o mesmo efeito bombástico do "requerimento-rolha" nesta Assembléia. Gostaria de falar aqui sobre as mortes acontecidas no dia 24. Um mês antes já havia denunciado, desta mesma tribuna, essas mortes, acontecidas no setor siderúrgico da minha cidade. O momento não é para essas coisas.

Vejo que os Deputados estão com o semblante até muito bom, eles estão alegres e desejosos de que façamos o grande acordo. Mas tenho de dar uma notícia que não é muito boa. Naquela ocasião em que eu denunciava a falta de segurança da Companhia Aços Especiais Itabira, um dia depois, aconteceu o falecimento de um companheiro que se encontrava no Hospital Felício Roxo. Lamentavelmente, Sr. Presidente, caros Deputados, há exatamente um mês, quando fazíamos esta denúncia da tribuna, aconteceu outro acidente fatal. Quero, nesta oportunidade, reafirmar a nossa cobrança com relação à segurança no trabalho para toda a classe trabalhadora. Mais uma vez, faço uso desta tribuna para reforçar esse pedido. Infelizmente, ocorreu mais um acidente gravíssimo na aciaria da ACESITA, no mesmo local em que, há um mês daquele pronunciamento nosso nesta Casa, ocorrera o outro

acidente. Até agora, a empresa ainda não esclareceu a causa da morte dos forneiros, Ademir Andrade, de 38 anos, e Hamilton Teixeira, de 39 anos. Ambos foram enterrados na última quarta-feira. Vejam que a quarta-feira foi véspera do Natal. A empresa tampouco esclareceu a causa das mortes de outros três metalúrgicos, que nós denunciámos aqui em novembro último. Em menos de um mês, cinco mortes ocorreram no interior das instalações da ACESITA. Se considerarmos as mortes ocorridas após a privatização da empresa, esse número sobe para 12 mortes. Uma série de outros acidentes ocorre naquela empresa hoje, na minha cidade querida, no município onde nasci, o qual chamo carinhosamente de ACESITA-Timóteo. Chamo de ACESITA, porque a Companhia Aços Especiais Itabira impôs nova comunidade no momento em que eu exigia de todos os vendedores que colocassem ACESITA - Minas Gerais. Naquele momento, Sr. Presidente, caros Deputados, perpetuava-se aquilo que estamos defendendo hoje nesta Casa, o espírito conservador da Nação. Se uma nação não tem história, o nosso município fez duas pelas comunidades de ACESITA e do Município de Timóteo. A ACESITA-Timóteo retrata o que há de melhor em uma nação e o que tem de ser resgatado junto ao povo mineiro. Esse povo que ainda sonha em não pagar o reajuste de 33% num período em que houve 0% de reajuste em seu salário.

Gostaria, Sr. Presidente, de dar continuidade ao que li e que já foi anunciado aqui. (- Lê:)

"Tive apenas 5 minutos para falar disso hoje.

A política é uma referência permanente em todas as dimensões do nosso cotidiano na medida em que esta se desenvolve como vida, em sociedade.

Foi a magnífica reação do povo brasileiro em 1984, nas praças, nos comícios gigantescos, que fez romper vinte anos de ditadura militar e realizar-se a campanha pelas diretas, com voto secreto e universal para Presidente da República."

Apenas para terminar, gostaria de dizer que hoje pela manhã assistimos ao risco da perda do diálogo nesta instituição, já consagrada e respeitada por todos os mineiros. O dever de todos os políticos é resgatar o direito de cidadania, para o qual somos eleitos pelo voto sagrado e universal. O respeito que temos pelos Deputados vem do fato de que o povo mineiro, como político e no texto que li, está consagrado a todos eles, inclusive aos que nos assistem pela TV, que todos somos políticos, e a nossa conduta é que, infelizmente, quando se fala de politicagem e da política, tem que se fazer um referencial, sim.

Hoje cedo eu temia pelo requerimento do nosso amigo, colega e meu professor Deputado Arnaldo Penna. Já não é novidade para ninguém que você, Deputado Arnaldo, foi meu professor, com o qual muito aprendi. Fiquei muito triste pela manhã, mas estamos resgatando tudo isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos que tiveram a paciência de nos ouvir. Saudações a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, esperamos fazer praticamente a última intervenção do ano como Liderança do PT.

Iríamos terminar o ano hoje, 30 de dezembro, de uma maneira melancólica. Iríamos apreciar aqui na Casa um requerimento que realmente extrapolava toda a relação de democracia aqui existente.

Felizmente, através do debate, do diálogo e do entendimento, houve-se por bem retirar esse requerimento da pauta, pois ele traria um grande constrangimento para a Casa. Na verdade, ele extrapolava em muito o próprio Regimento Interno.

E, na verdade, ele deveria ter sido recusado, de plano, quando deu entrada junto à Mesa. Mas, lamentavelmente, houve um lapso. Talvez todos nós o tenhamos cometido neste final de ano bem tumultuado, com esse projeto que estava nos trazendo intranquilidade, o projeto do IPVA. Entretanto, essa já é uma matéria superada, porque será retirada e porque nós entendemos que vão continuar prevalecendo aqui o diálogo, o respeito e a responsabilidade desta Casa, ao apreciar todos os projetos que têm que ser votados.

Esse é um projeto totalmente impopular, como de fato todo aumento de imposto é. Aliás, aquilo que é imposto é ruim. Bom é aquilo que seja espontâneo, não imposto. Então, o imposto, de uma maneira geral, é negativo, e a sociedade está sendo penalizada cada vez mais por impostos em nível federal, estadual e municipal. Infelizmente, essa ainda tem sido a válvula de escape dos governantes, que, muitas vezes, sem criatividade, procuram logo aumentar os tributos para tentar equilibrar a receita, ou aumentando imposto ou demitindo funcionários. São todas as duas formas pouco criativas. Se fosse para demitir aqueles que "entraram pela porta dos fundos", aqueles que ocupam cargos de confiança, aqueles marajás que ainda continuam encastelados no poder, aí sim essa atitude seria aplaudida por todos nós. Mas, normalmente, penalizados são aqueles que ganham pouco, que cumprem horário, que batem o ponto e que estão com os salários arrojados. Esses são os primeiros a ser demitidos. Portanto, um Estado que está devendo R\$14.000.000.000,00 não vai conseguir equilibrar suas contas apenas aumentando impostos.

Também gostaria de dizer que a nossa Casa poderia ter avançado muito mais em relação à discussão desse projeto, de forma que o tornasse mais justo, que pudesse onerar aqueles que têm um poder aquisitivo maior e podem adquirir carros importados, carros de luxo, carros que valem mais de R\$100.000,00. Para esses, sim, o imposto deveria ser muito mais que 4%. Mas para aquele cidadão que tem um carro popular, um carro como instrumento de trabalho, pagar 4% vai representar muito de seu salário.

Aí digo que vamos ficar em desvantagem com relação à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, como foi publicado hoje no "Estado de Minas", em sua primeira página. Lá os proprietários de carros vão ter um desconto na alíquota, que hoje é de 3%. Terão um desconto que começa de 18% e chega até a 52%. Isso foi publicado no "Estado de Minas" de hoje.

Então nós avançamos muito pouco quando houve uma proposta, ao apagar das luzes, de estabelecer um desconto de 10% para os carros populares, ou seja, aqueles de até 1.000 cilindradas, e de 4% para os demais carros. Entendo que o avanço foi mínimo. Por isso, dessa forma, à nossa bancada não resta outra alternativa senão votar, evidentemente, contra esse projeto, que veio de uma maneira errada para esta Casa, cujo maior erro já foi profundamente discutido, que foi o autoritarismo do Governo ao emitir as guias para os contribuintes considerando o aumento de 33%.

E esta Casa, no afã de dar o troco ao Sr. Secretário, tentou usar uma outra medida mais violenta ainda do que aquela usada por ele, de expedir as guias sem autorização desta Casa. Aí veio esse requerimento, tentando cercar a palavra do parlamentar e impedir qualquer tipo de intervenção. Chegou a tal ponto que eu, lendo o requerimento, perguntei ao meu amigo e colega Deputado Arnaldo Penna se nós poderíamos permanecer ou se teríamos que sair para que o projeto fosse votado e o seu requerimento, aprovado. Acredito que ele tenha sido vítima de uma situação que envolveu a todos nós: a tensão, o cansaço, o esgotamento. Tudo isso deve ter levado aquele Deputado a produzir uma peça como essa, autoritária e de exceção. Dessa forma, entendo que cabe, agora, ao Deputado pedir desculpas a esta Casa pelo requerimento infeliz que apresentou.

No entanto, entendemos que esse projeto, a partir de agora, irá prosperar. Mas não por nossa vontade. Como já dissemos claramente, esse projeto é ruim e irá penalizar a população. Entretanto, existem os limites regimentais que não podemos ultrapassar. Assim, seremos vencidos, mas não pelo cansaço físico - porque trabalhamos 17 horas no domingo e mais 17 horas na segunda-feira -, seremos vencidos pelo processo regimental que cerceia intervenções. Nesse caso, não podemos tecer críticas, porque o Regimento foi aprovado pela Casa. O que não iríamos aceitar seria tudo aquilo que extrapolasse o Regimento. Isso, sim, seria matéria que deveria ser totalmente refutada por todos os Deputados. Não deveria ser refutada apenas pelos Deputados da Oposição, mas por todos aqueles que se preocupam com o modelo democrático e que querem a garantia do Poder Legislativo. Não vou citar nomes, mas acredito que ainda existem aqui alguns Deputados imbuídos de um restolho de regime autoritário, que não gostariam de modificar nada, para que prevalecesse o cerceamento sobre os demais Deputados, vencendo sempre aqueles que estivessem em maioria. E essas atitudes são incoerentes para quem está aqui, na Assembléia Legislativa. Temos que defender o âmago da democracia e o processo de cidadania da população, para que todos possam participar, possam opinar, evitando que ocorram casos extravagantes como esse de hoje.

Então, lamento que Deputados tidos e havidos como progressistas também tenham procurado entrar nessa canoa furada. Defenderemos, em todos os momentos, o direito da palavra. Não concordamos com nenhum tipo de censura que venha eliminar a fala de qualquer Deputado. Assim, nossa bancada, juntamente com a Bancada do PMDB e alguns Deputados do PDT, está concluindo este trabalho, no qual todos tiveram um papel fundamental. Quero parabenizar todos os companheiros, que lutaram bravamente, assim como alguns Deputados

governistas, que também procuraram dialogar e debater e a quem temos que respeitar. Portanto, entendemos que hoje o processo será concluído, porque, afinal de contas, existem normas regimentais que terão de ser cumpridas, e, assim, encerramos a nossa participação. Espero que, no ano que vem, tenhamos uma convivência cada vez mais democrática, pois assim sairei da Assembléia Legislativa feliz, sem contratempos, sem revanchismos com colegas, uma vez que será meu último ano como Deputado. Não serei candidato em 1998, mas estarei à disposição como cidadão, como advogado, em prol das causas de justiça e na luta por uma sociedade mais fraterna, denunciando sempre as corrupções e não aceitando...

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Ouvimos V. Exa. É uma perda para o Poder Legislativo a sua não-recondução a este Poder no ano que vem. É uma perda para o parlamento mineiro devido à sua correção, à sua "performance" nesta Casa junto a todas as agremiações e não apenas junto ao PMDB. V. Exa. contribuiu com o Poder Legislativo, com a sua região - vale do rio Doce - e com o bom desempenho e andamento desta Casa, representando muito bem os seus quadros. V. Exa. correspondeu à altura, e há a satisfação daqueles que depositaram em V. Exa. um voto de confiança. Quero parabenizar V. Exa. na condução dos entendimentos dos trabalhos, considerando sempre um interesse maior, que é o Legislativo. V. Exa., com seu desprendimento, discorreu para outros colegas nossos que não pensavam, neste momento, na necessidade de ter de desaguar em um bojo onde a democracia e o interesse do Poder Legislativo falaram mais alto. Realmente admiramos V. Exa. e sentimos, com muita gravidade, essa sua colocação de não contribuir com a sua candidatura nas próximas eleições. Quem perde não é V. Exa. Quem perde é o vale do rio Doce, Valadares e o Poder Legislativo, por sua inteligência, sua correção e sua contribuição nesses mandatos que teve. V. Exa. honrou e dignificou o povo de Minas.

O Deputado Marcos Helênio - Agradeço ao Deputado Paulo Pettersen pelo apoio e pela solidariedade. Espero cumprir o meu mandato com dignidade, sem ter que me envergonhar junto a meus filhos, meus amigos, e podendo dizer que não me corrompi e que não me envolvi em nenhum tipo de falcatura. Cumprirei o meu dever de cabeça erguida e acreditando que, como cidadão, iremos continuar contribuindo para uma sociedade mais justa.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.547/97, de autoria do Governador do Estado, que estabelece condições para o transporte e a comercialização no Estado de carne e de produtos de origem animal. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, com relação a esse parecer de redação final, como a nossa bancada fez no 1º turno, o nosso voto é contrário a mais essa modificação que o Governo fez no projeto do IMA. Sendo assim, gostaríamos de deixar registrado o nosso voto contrário a esse parecer.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - Faço minhas as palavras do Deputado Gilmar Machado. Nesse caso sou contrário, embora, S. Exa., eu ache que até isso deveríamos examinar mais. É mais do que natural que tenhamos esses projetos passando aqui e nós não possamos ver e, às vezes, examinar projetos que foram votados nesta Casa, agora em redação final. Gostaria de dizer que, evidentemente, V. Exa. sabe que transparência é o objetivo deste Deputado e que ele discute esse assunto usando o Regimento Interno, a nossa Constituição local, daqui de dentro mesmo, porque temos a Constituição do Estado, a Constituição da República, temos também aquela, muito íntima nossa, da Casa, que tem de ser muito respeitada, e eu parabenizo V. Exa. pela demonstração de parlamentar realmente formado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Deputado Romeu Queiroz, dentro da redação final, quero apenas dizer o seguinte: em muitas vezes que somos levados a dar um parecer ou votar como vamos votar agora, sem o exame prévio da matéria, somos levados a votar por votar. Eu sei e pretendo fazer uma proposição no final, mas quero dizer da seguinte maneira: um projeto aprovado foi para a Comissão de Redação Final e foi um dos mais lindos, embora simples demais, desta Casa. Dispunha sobre o uso gratuito de banheiros nas estações rodoviárias, para quem tem a passagem, nos pontos de parada de ônibus. Eu vou de avião, e os banheiros são muito limpinhos, mas pais de família, mães de família, às vezes com sete, oito filhos, têm de pagar R\$0,80 para usar o banheiro. O Deputado Ermano Batista sabe, naquela região sua tem muito isso, ali em Mantena. O ônibus pára, e uma mãe de família, com sete filhos, tem de pagar R\$0,80 para ir ao banheiro. Então isso é uma questão de justiça. O projeto nem propunha que fosse obrigatória a gratuidade para todo o mundo; poderia haver um banheiro especial para quem pode pagar, mas deveria haver um gratuito para quem tem passagem. Com esse projeto, meu Deus, cometemos uma injustiça. Já vi pessoas apertadas, Deus me deu a oportunidade de ver, daqui para Januária, quando parava em Corinto e tinha de pagar R\$0,70 para ir ao banheiro.

Concluo, foi para redação final e, talvez, o Governador, não entendendo a redação final, o Governador - isso é draconiano, oprime o povo - vetou o projeto. Esta Casa fez um novo projeto. Na época, por um voto quase derrubamos, mas tenho a convicção absoluta...

O Sr. Presidente - Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Deputado Gilmar Machado - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à votação eletrônica no intervalo compreendido entre o soar de campainhas para o início e o fim do processo de votação.

O Sr. Presidente - A Presidência vai fazer a segunda votação de verificação. Em votação.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 33 Deputados. Votaram "não" 15 Deputados, totalizando 48 Deputados. Está ratificada a aprovação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.547/97.

#### Declaração de Voto

O Deputado Raul Lima Neto - Quero, mais uma vez, ao declarar o meu voto, parabenizar o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, um homem do parlamento.

O Deputado Miguel Martini me pede um aparte, mas ele terá a sua hora para colocar a verdade dele. Toda verdade é paralela e nós iremos julgar qual se aproxima da verdade absoluta. O nosso compromisso firmado com o PT e com o PDT é o de que estaríamos usando todos os recursos do Regimento Interno para atrasar a votação, a fim de que esse projeto não seja votado. O nosso acordo é não haver mais impostos para o nosso Estado. Qualquer quantidade a menos para quem ganha pouco faz muita diferença. Isso faz com que o Governo não olhe para outras áreas, para outras soluções, como por exemplo, o que sai do nosso subsolo, com o que sai do Triângulo Mineiro. Podemos afirmar que a grande parte

do recolhimento do Triângulo Mineiro fica com São Paulo. Há provas disso. As pessoas preferem tirar a nota fiscal em São Paulo. Sabemos que existem outras soluções que não o imposto, mas isso já é uma cultura brasileira. Combater a sonegação, não se consegue. A taxa sobre cigarros poderia ser dobrada. Nos países de Primeiro Mundo, o maço de cigarros custa aproximadamente US\$4,00. E como fica provado que o Governo arrecadará muito mais, o fumante não será tão pichado por essa sociedade. Ele poderá pensar que está fazendo um bem para a sociedade, dando mais imposto para se comprar arroz e feijão, para construir escolas, para aumentar os salários. O fumante está estragando a ele mesmo, mas quem o argüirá de pecado? Ele poderá dizer isso. O reino de Deus é justiça, é paz, é alegria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso acordo é não. Chega de impostos. E esta Casa aprovará isso. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.550/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a aumentar e a integralizar o capital social da COPASA. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PT já teve oportunidade de mostrar sua posição contrária ao processo de abertura do capital da COPASA, o que, inevitavelmente, levará à sua privatização. O Governo Eduardo Azeredo não aprende. Já chega a grande trapalhada que um João fez na venda das ações da CEMIG - consórcio estratégico - que hoje coloca a CEMIG em condições de venda ao mercado em pior situação que muitas centrais hidrelétricas de Estados de menor expressão do Nordeste brasileiro.

O Governo comemorou o ganho de 40% de valorização na venda das ações da CEMIG, enquanto em muitos Estados a valorização foi de 100% ou ultrapassou os 100%. Hoje, o sócio estratégico da CEMIG tem prioridade na questão do processo de privatização.

O projeto da COPASA que tramitou nesta Casa tinha outros absurdos, como o absurdo que integralizava o capital da COPASA, o fundo de saneamento. De alguma forma, aumentando em 40% o capital da empresa, pois esse fundo tem um montante, parcela quase que total, a empréstimos à própria COPASA de mais de R\$600.000.000,00.

Pois bem. A ação da Bancada do PT foi eficiente no Plenário. As emendas do PT tiveram acolhimento da maioria esmagadora da bancada governista. E essas emendas foram aprovadas juntamente com emenda do Deputado Ronaldo Vasconcelos.

Hoje, o projeto que estamos aprovando em redação final não permitiu que 50% do fundo fosse integralizado ao capital da COPASA, não permitiu, também, que os recursos da privatização fossem usados como bandeira para barganha eleitoral e política. Por isso, o Governo sofreu aqui uma derrota na questão da COPASA, uma derrota por ser um Governo presunçoso, por pensar que é o dono da verdade, por pensar que sua maioria nesta Casa vai estar sempre atenta ou sempre subserviente. Nenhuma das duas coisas aconteceu. Por isso o projeto que hoje estamos apreciando é bem diferente do original aprovado neste Plenário.

Lemos declaração do Governador na imprensa deste Estado que vetará totalmente o projeto da COPASA, encaminhando para cá um novo projeto em fevereiro, para que ele possa privatizar de forma brilhante, como o João da Fazenda orientou, da forma que ele fez na CEMIG, tão brilhante, competente e capaz.

A pretensão do Governo era dar outra utilidade à venda das ações: a utilidade eleitoral. Pois bem, Sr. Presidente. Esta Casa precisa ter compromisso caso o Governo encaminhe outro projeto da COPASA, para que, também, derrotemos esse projeto, derrotemos da mesma forma que fizemos com o projeto que ora estamos apreciando em redação final. Que o Governo seja mais competente, menos presunçoso e menos trapalhão.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Deputada Maria José, senhores e senhoras presentes nas galerias, representantes da imprensa, servidores da Casa, quero aproveitar esse tempo para, inicialmente, fazer um esclarecimento, fruto do debate e do encaminhamento para a votação desse projeto em 2º turno, quando aqui estive, colocando ou fazendo a análise de algumas variáveis desse projeto. Inicialmente, tive a oportunidade de me colocar, no sentido de chamar a atenção dos dirigentes da COPASA e do Governo do Estado de Minas Gerais para o fato de que uma empresa pública bem administrada, bem gerenciada pode ser lucrativa. E lucrativa em diversos sentidos: no sentido de arrecadar mais recursos que seus gastos e no sentido de prestar os melhores serviços de interesse social. Citei o exemplo da SABESP, de São Paulo, e, logo em seguida, numa contra-argumentação, o Deputado Mauro Lobo se referiu à SABESP como uma empresa de economia mista. Realmente, um esclarecimento importante, mas que, definitivamente, não invalida o meu argumento. A SABESP é uma empresa que está sob o gerenciamento público, é uma empresa de interesse público, sob o comando do Governo de São Paulo, e é lucrativa.

A consideração inicial era no sentido de alertar e de despertar o Governo para que a COPASA, que deve manter-se como empresa pública, mesmo abrindo seu capital, tem que cuidar melhor da sua estrutura gerencial, dos seus serviços, e tornar-se, exemplarmente, uma empresa lucrativa. Também tive a oportunidade de fazer outras reflexões relativas à inconveniência de, neste momento, abrir o capital da COPASA, diante dos riscos que corremos com a abertura de capital para bolsas de valores, uma vez que essas bolsas vivem uma crise perigosa. Por isso mesmo meu encaminhamento foi contrário à votação da abertura do capital da COPASA, por não ser oportuna. Mas quero, em função da redação final, e estamos votando a redação final, afirmar, aqui, que vejo com muita alegria a introdução e a reafirmação do que foi aprovado em 1º e 2º turnos da emenda que considero dar a característica e a dimensão mais apropriada para a COPASA. A COPASA, sendo uma empresa de prestação de serviços na área de saneamento, de fornecimento de água tratada, de destinação correta dos esgotos, principalmente nesses setores do saneamento básico, deve arrecadar recursos, não para pagar outras dívidas do Estado, como queria o Governador do Estado. Sabemos que existem muitas e diferenciadas dívidas do Estado. Muitas delas precisam ser sanadas, outras precisam ser revistas. Mas a dívida mais importante e a maior dívida que o Estado tem é para com a sociedade. E foi no sentido de resgatar e resguardar o interesse social que conseguimos aprovar que o capital e os recursos adquiridos pela COPASA, neste momento, todos eles deverão ser destinados para que o Estado cumpra com a sociedade o que ele mais deve à sociedade, ou seja, a atenção à saúde e a garantia do saneamento básico. Fico portanto, Sr. Presidente, satisfeito com o comportamento desta Assembléia Legislativa, ao ter aprovado esta emenda para a COPASA e para este projeto. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Anderson Aduato.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante todo o processo de votação do projeto em que o Governo solicitava abertura de capital da COPASA, encaminhamos contrariamente, votamos contrariamente e estamos, agora, na última fase que nos permite pronunciar a respeito da matéria, para dizer que continuamos com os mesmos entendimentos, com a mesma concepção. A solicitação do Governador, na forma em que foi feita, demonstra a todos os mineiros a sua sanha de colocar para fora o patrimônio público. Empresas, pessoas que têm conhecimento do processo sabem, entendem, recomendaram inclusive que antes de se fazer a abertura do capital da COPASA tivesse, primeiro, que resolver os problemas das concessões. E, dentro desses problemas que não foram solucionados, ainda está o principal deles, que é o serviço de concessão de água e esgoto de Belo Horizonte. Uma empresa concessionária de serviço público, o que ela tem e o que vale o seu patrimônio são exatamente os prazos de concessões somados com o número de usuários que ela atende.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi recomendado ao Governo do Estado que primeiro ele solucionasse isso, porque, a partir do momento em que as concessões tivessem sido todas prorrogadas, principalmente as de Belo Horizonte, que significam 50% de toda a COPASA e que vencem no ano 2000, ou seja, dentro de dois anos, aí sim, ele deveria fazer a abertura de capital. Mas, para fazer isso gasta-se tempo, e tempo é o que o Governo não tem, porque se fosse obedecer o tempo recomendável, passariam as eleições, e ele quer os recursos da abertura de capital da COPASA para fazer isso que está fazendo hoje: gastando de forma deslavada o recurso público com gastos em publicidade, em campanha política, percorrendo o interior de Minas com aparatos de aviões, helicópteros, incluindo todo o cerimonial e todo o corpo de segurança. Com o dinheiro do seu bolso? É claro que não. É por isso que fazemos as contas e podemos deduzir que o que ele gasta numa viagem transportando segurança, cerimonial, com deslocamento do helicóptero e de seu jato não compensa o que ele está fazendo. É vergonhoso o Governo fazer estudo, Deputado Ronaldo Vasconcelos, para entregar uma ambulância no Sul de Minas.

Meus amigos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, nós votamos contra a abertura de capital da COPASA, votaremos contra todo projeto que entrar aqui dentro para permitir que o Governador venda patrimônio público, porque sabemos muito bem o que ele está fazendo com esse dinheiro que está arrecadando na venda dos bens do Estado, que demoraram décadas para ser construídos, e ele está jogando pelo ladrão, de forma irresponsável, fazendo mau uso do dinheiro público. Mas espero que, assim como nós que acompanhamos mais de perto o seu trabalho, estejamos prontos para fazer o julgamento de sua administração. Temos a certeza, Sr. Presidente, de que o povo mineiro, nas próximas eleições, irá também fazer o julgamento desse Governador, que passará para a história como o Governador mais entreguista que este Estado já teve.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. fosse a minha testemunha. Aliás, V. Exas. e esta Casa são testemunhas de que este Deputado tem, quando tem tido oportunidade, elogiado projetos inteligentes do Executivo e votado nesses projetos. Votei no meu Governador, sou contra esse projeto de impostos, porque essa herança tem que ser destruída, nos mostra outra oportunidade, mas quero encaminhar favoravelmente e elogiando S. Exa., o Governador, pela iniciativa de abrir o capital da COPASA.

Sou coerente com o que penso, sou nacionalista e agora com o partido. O partido é nacionalista, mas sei que nacionalismo é quando o Governo cuida bem de suas instituições, quando o Governo é um supervisor e, ao mesmo tempo, tem aqueles olhos atentos como os de águia, para dar oportunidade a todos, para impedir que haja competição desleal, para que todos possam competir, quando o Governo arrecada impostos dos produtos que são produzidos abundantemente, porque são todos incentivados. O Governo não tem que ser empresário, não deu certo.

Há uma ala moderna do pensamento em todos os segmentos que acredita que não podemos entregar o Brasil de jeito nenhum. O maior valor em tesouro que o Brasil tem é o povo brasileiro. Esse povo brasileiro, às vezes, é entregue na mão de monopólios, oligopólios, estatais que dominam, que se tornam cabides de empregos na sua grande parte.

Infelizmente, Sr. Presidente, a COPASA precisa mudar. Se não se privatizar a COPASA, pelo menos deve-se mudar o pensamento da COPASA, porque uma empresa que é classificada como uma das maiores poluidoras do Estado de Minas Gerais, uma empresa que não considera o meio ambiente, nem sequer pensa nisso. Tive, uma vez, uma discussão com seu Diretor, Ruy Lage, no bom sentido, e ele ria (rá,rá,rá) e dizia: "São Francisco sempre foi assim". Eu falei: mas, Excelência, em Januária estão acabando com o rio. Chamei-o de Sr. Diretor e Excelência diante do Promotor Jarbas, diante do Prefeito. Falei: Excelência, em Três Marias a COPASA jogou lixo tóxico e lixo de hospital, e entrou até lixo atômico no São Francisco. Essa mortandade de peixes que houve no rio das Velhas, isso é um crime ecológico tremendo. Mas o coração do povo está insensível, não só do poder público, que tem despachado na sua grande maioria contra as causas ambientalistas, inclusive permitindo agora pescar embarcado numa época de piracema. Mas o maior crime ecológico não foi esse, o maior crime aconteceu agora, quando a Companhia Mineira de Metais, a principal suspeita, deixou vaziar aquele seu canteiro que lava enxofre, o capeta, veneno para o São Francisco, numa época de piracema, onde cada peixe tem centenas de milhares de ovos. E a COPASA também é suspeita porque ela cobra para tratar e lavar, cobra para tratar a água que chega e a água que sai, 50% de cada. Despeja lixo nos nossos rios.

O Sr. Presidente - Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O Deputado Gilmar Machado - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados; votaram "não" 9 Deputados, num total de 52 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.550/97.

#### Declarações de Voto

O Deputado Ronaldo Vasconcellos- Sr. Presidente, tive o cuidado de examinar a redação final desse projeto, em que se encontra claramente contemplada a idéia deste Deputado, aceita pela grande maioria dos Deputados desta sessão legislativa, dizendo que o Governo poderia abrir o capital da COPASA até o limite de 50% do Fundo de Financiamento de Água e de Esgoto, possibilitando ao Governo do Estado não só iniciar o processo de abertura do capital social da COPASA, mas, também, preservando parte do Fundo de Financiamento de Água e de Esgoto no BDMG, uma instituição que tem prestado bons serviços ao nosso Estado. Quero dizer também que idéias do ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão, também votadas e acatadas por este Plenário, estão contempladas no texto da redação final. Por isso resolvemos apoiar o projeto que permite ao Governo do Estado dar a "demarada" do processo da abertura do capital social da COPASA, mas, ao mesmo tempo, limita as negociações até o percentual de 50%. Gostaria de, publicamente, parabenizar todo o Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais por ter sabido aperfeiçoar, melhorar, exercendo o verdadeiro papel de um legislador, melhorando as idéias vindas do Governo do Estado, independentemente de quais sejam esses Deputados e qual seja o Governador do Estado. Gostaria de dizer que votei favoravelmente porque as idéias foram contempladas e já são desta Casa, e não mais deste Deputado. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Deputado Romeu Queiroz, meu Presidente, declaro que votei "sim" e sou coerente com meu discurso. A COPASA precisa mudar sua filosofia, sua diretoria, talvez até com cabeças. A COPASA está sempre na lista negra das empresas que mais poluem no País. No Estado de Minas Gerais, o lixo, o esgoto que a COPASA joga no rio Arrudas é causador de uma destruição terrível do nosso meio ambiente, do nosso ecossistema, das bacias do rio das Velhas e do rio São Francisco.

Existem projetos da COPASA para sanear os nossos rios. Os projetos existem desde que a COPASA existe. E todas as vezes que a COPASA precisa de algum dinheiro, ela arruma um jeito de subir as taxas, de cobrar alguma coisa. Antes o preço que a COPASA cobrava era equivalente a 50% do que cobra hoje. Quanto a esses 100% de aumento, eles acharam uma saída: cobrar o esgoto também. Só que o esgoto da COPASA é uma vergonha.

Quando você vê o rio correndo todo poluído, pode ter certeza de que o costume daquele povo também é corrompido, porque a poluição e a corrupção andam juntas. Salomão disse que a justiça exalta as nações, mas a corrupção é a vergonha, é a poluição dos povos. A natureza retrata também o nosso comportamento. O Dr. Paulo de Tarso, grande filósofo, chamado também de São Paulo, porque foi discípulo do Verbo Eterno sem nunca tê-lo conhecido em carne, mas, após ressurreto, o fez converter, escreveu dizendo, pelo espírito - porque é o Espírito Santo que revela -, que a natureza e toda a criação de Deus geme como a mulher que está com dor de parto aguardando dar à luz. Há justiça no coração dos filhos de Deus, porque no momento em que vier a redenção dos filhos, ele redime a terra. Jesus Cristo veio para isso. Nós podemos, com a nossa justiça, com a palavra - e a palavra que é a verdade -, levar a regozijo o povo e as terras de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Marcos Helênio, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para transferi-la ao Deputado Gilmar Machado. A Presidência defere o requerimento, fixando ao orador, o prazo de 3 minutos.

O Deputado Gilmar Machado - Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos repetir uma explicação que já foi dada durante o Pequeno Expediente pelo nosso Líder, Deputado Marcos Helênio, pois gostaríamos de deixá-la registrada. Deputado Arnaldo Penna, a atitude da retirada desse requerimento para o Poder Legislativo, o esforço desta Casa e o nosso, o da Oposição, o do PT, o do PMDB e o de parte do PDT foi no sentido de fazer aqui a preservação do Poder Legislativo. Esse requerimento, que intitulamos de "requerimento-tampinha", em homenagem ao colecionador de tampinhas, foi assinado pelo Líder do Governo, pelo Líder do PSDB, que é o partido do Governador. Queremos deixar aqui registrado que continuaremos nos esforçando para que tanto a Oposição quanto a Situação trabalhem dentro do Regimento. Se há problema com o Regimento Interno, vamos discuti-lo e vamos fazer propostas de modificação nele, mas vamos trabalhar de acordo com o que estabelece o nosso Regimento, respeitando o Regimento. É correto que a maioria, em determinado momento, diminua o espaço que a Oposição tem para encaminhar, só não aceitamos que essa diminuição extrapole o aspecto regimental. Entendo, pelo que ocorreu esta manhã, que podemos dar um basta a essa possibilidade de fazer com que os Deputados tenham a sua palavra cassada e que haja atos institucionais. O Poder Legislativo, nesta manhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, deu uma demonstração de grandeza, e as suas Lideranças tiveram o juízo necessário, mesmo com o esgotamento a que estamos submetidos, tiveram a tranqüilidade e a clareza para, através do diálogo e de um debate franco e aberto, encontrar uma saída para a crise. Por isso, o parlamento é grande, e o Poder Legislativo tem que se fortalecer, porque é o Poder do diálogo e da negociação. Podemos demonstrar que, através desse entendimento, esses requerimentos foram retirados e que poderemos tramitar dentro do Regimento, usando o seu espaço democrático para que possamos fazer a votação. Nesta manhã, conseguimos recuperar a credibilidade e fazer valer o Regimento Interno. Parabenizo todas as lideranças que tiveram a tranqüilidade para pensar primeiro na instituição e depois em seus interesses pessoais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Anderson Aduato em que solicita a palavra, pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento, fixando para o orador o prazo de 3 minutos.

O Deputado Anderson Adauto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também ocupo a tribuna neste momento na condição de Líder do PMDB para denunciar que a base governista usou de violência para aprovar o projeto de lei que aumenta a alíquota do IPVA. É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fique registrado que com a simples apresentação do requerimento e a aceitação dele por parte de V. Exa. houve a tentativa de "fujimorizar" este parlamento.

Então, na parte da manhã, nós, do PMDB, dissemos que, no que se refere ao estado de exceção, a ficar fora de um estado de direito, somos gatos escaldados em água quente e temos medo de água fria, Sr. Presidente. Estivemos presentes na reunião com V. Exa., e é importante que os Deputados que fazem parte desta Casa tomem conhecimento do compromisso que ficou firmado, isto é, de que não se fará, novamente, nesta legislatura, nenhuma tentativa de cassar aquilo que o Deputado de Oposição tem, que é a sua voz, a sua palavra, o seu protesto, a sua denúncia. O "requerimento-rolha" apresentado nesta manhã teve o objetivo de cassar aquilo que o fraco tem diante do forte. Foi uma demonstração clara de desespero das lideranças governistas frente ao trabalho competente que a Oposição fez para obstruir a votação do projeto que aumenta o IPVA em 33%, num período em que a inflação acumulada é de apenas 5%, porque essa era a única alternativa para quem não queria ver o aumento aplicado.

Portanto, fizemos a nossa parte, cumprimos a nossa obrigação. Infelizmente, nos defrontamos, hoje, com o "requerimento-rolha". Vamos dar continuidade ao encaminhamento da votação, Sr. Presidente, mas não poderíamos deixar de registrar, neste momento, o nosso profundo pesar com relação à atitude das lideranças governistas.

O Sr. Presidente- Vem à Mesa requerimento do Deputado Arnaldo Penna em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento, fixando para o orador o prazo de 5 minutos.

O Deputado Arnaldo Penna - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, após exaustivos debates nesta Assembléia, nos últimos sete ou dez dias, viu-se que não se pretendia permitir que esta Casa realizasse o seu ato essencial, que é o de manifestar o seu voto, que pode ser favorável ou contrário às proposições que aqui são apresentadas. No entanto, no uso de direitos regimentais, eu não os nego, um número minoritário de Deputados aqui esteve repetindo contínua e exaustivamente os mesmos argumentos, repetindo requerimentos sobre requerimentos, apenas no exercício de uma posição onde a minoria pretendia impedir a maioria de manifestar o seu voto, não sei se a favor, não sei se contrário a um projeto que tramitava nesta Casa.

O que é isso? É tampinha? O que é isso? É rolha? O que é isso, afinal, que 17 Deputados queriam imputar a 60 outros que estavam nesta Casa? Portanto, usei um direito que me é assegurado, porque assim diz um princípio geral do Direito: "Qui suo jure utitur neminem laedit", ou seja, "aquele que usa do seu direito não lesa a ninguém." Não importa se esta Casa iria ou não aprovar o requerimento que aqui foi apresentado. Admito até que ele pudesse conter, como talvez até contenha, algum excesso nos seus termos. Mas a verdade é que só assim se fez possível admitir que esta Casa exerça o seu legítimo direito, a essência do seu poder, que é o poder de votar.

Quero que me seja assegurado o direito de votar, a favor ou contra, mas que me seja assegurado. Ninguém pode dizer de mim, nesta Casa, que eu não sou dos Deputados mais frequentes que aqui está. Ninguém pode negar a mim o direito de dizer que, nas comissões, sou aquele que mais comparece, ou que nenhum outro comparece tanto quanto eu.

Posso dizer que tenho apreciado projetos como o da Deputada Maria José Hauelsen, alterando-o depois, para apresentar o parecer que pudesse atender a pretensão dela. Da mesma forma, num outro momento, disse a ela que não votaria favoravelmente ao projeto que ela apresentava, porque ele tinha vergonhas jurídicas e desencontros jurídicos e que eu não poderia aceitar coisas dessa natureza. E a Deputada retirou o projeto da comissão, porque eu não daria a ele um parecer favorável.

E o fato é que há excessos, sim. Nós, os 60 Deputados que aqui estamos e temos estado continuamente, estivemos, se assim se quiser dizer, arrolhados durante quatro, cinco dias. E arrolhados para repetir sempre uma mesma coisa. E vejam os senhores e ouçam os espectadores: agora se retiraram mais de 60 emendas que estavam aqui. Por que agora se desistiu de permanecer na obstrução? Na verdade, era porque era necessário, sim, que se movimentasse esta Casa, para que nos fosse permitido ao menos manifestar o nosso voto, favorável ou contrário.

Aliás, permitam-me os Srs. Deputados fazer uma observação: jamais vi atitude tão pouco democrática após esta Casa, por sua maioria, ter aprovado, por exemplo, o projeto da COPASA sem nenhum reparo a sua redação final, a ver Deputados que se dispuseram a votar contra a redação final sem levantar contra ela ao menos um argumento, nem uma vírgula ao menos que pudesse estar contrária ao texto do projeto.

Assim é que aqui há que se ver, há que se fazer cena, há que se fazer jogo político. E o que aqui houve até agora foi cena, foi jogo político. Justifico, assim, o meu requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.425/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

- A seguir, vêm a Mesa e são deferidos, cada um por sua vez, nos termos do Inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Anderson Adauto, solicitando a retirada das Emendas nºs 2 a 22, 49 a 61 e 64 a 70; Gilmar Machado, solicitando a retirada das Emendas nºs 23 a 40 e 71; Durval Ângelo, solicitando a retirada das Emendas nºs 41 a 48, e Marcos Helênio, solicitando a retirada das Emendas nºs 62 e 63, todas apresentadas, no decorrer da discussão, ao Projeto de Lei nº 1.425/97.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Arnaldo Penna solicitando a retirada do requerimento apresentado na reunião extraordinária de hoje pela manhã que solicitava que não fossem recebidos, na votação do Projeto de Lei nº 1.425/97, requerimentos visando ao adiamento da votação, à votação por determinado processo, à votação por partes, à votação destacada de emenda ou dispositivo, à inscrição para encaminhamento de votação e ao uso da palavra para explicação pessoal, declaração de voto, arguição de questão de ordem e pronunciamentos com base nos arts. 70 e 164. A Presidência defere o requerimento, nos termos do Inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Para encaminhar a votação da matéria, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo o respeito ao Deputado Arnaldo Penna e a outros que o apudiram, é um absurdo vir aqui justificar a ditadura da maioria, justificar o estado de sítio que ele quis decretar com o "requerimento-rolha". Isso não é processo democrático. Processo democrático não é a vontade da maioria somente, mas a vontade da maioria sob o império das leis.

O Deputado violentou o Regimento Interno desta Casa quando, dos seis itens que ele queria, sim, arrolhar, implantar uma ditadura, somente quatro eram contemplados pelo próprio Regimento. Talvez V. Exa. esteja na mesma posição daquela senhora que foi assistir ao filho marchar numa parada de 7 de Setembro. Embaixo do palanque, quando o pelotão passou marchando, ela olhou admirada e disse: "Olhem, só o meu Juquinha está marchando certo." O Deputado veio aqui justificar um requerimento que teve da Bancada do PMDB manifestação contrária; que teve da Bancada do PT manifestação contrária; que teve da Bancada do PDT manifestação contrária; que teve da maioria expressiva da Bancada do PFL manifestação contrária. Ouvimos, em todas as bancadas, Deputados se posicionarem contra. Então, é o Juquinha marchando na parada de 7 de Setembro. Só ele estava certo ao marchar.

Sr. Deputado, democracia não é só vontade da maioria, não. É vontade da maioria sob o império das leis, sob a prevalência das leis. E a lei maior que rege as relações aqui dentro é o Regimento Interno. V. Exa. fique sabendo que ser oposição também é um direito, como ser governo. Se quer discutir, há 15 dias estamos discutindo os projetos, o pacote, o "saco de maldades" do Governo, e esta é a primeira vez que V. Exa. vem ao microfone, não para justificar a sua posição, porque até agora não o fez nenhuma vez. Veio aqui para justificar a decretação do estado de sítio neste Legislativo. Isso é que é o requerimento, baseado erroneamente no art. 229 do nosso Regimento Interno.

Eu esperava que, numa ação de grandeza, V. Exa. viesse aqui reconhecer o seu equívoco, demonstrar grandeza, demonstrar realmente que é uma pessoa amiga, no mínimo, da democracia. E não o fez. Perdeu uma grande oportunidade. A história há de registrar esse erro histórico de V. Exa., com todo o respeito.

Srs. Deputados, somos contra o aumento do IPVA. As modificações foram tímidas em relação ao que representou o processo inflacionário, ainda não foram as modificações esperadas por cada contribuinte. E, tenham certeza, ao final desta votação, Sr. Deputado Arnaldo Penna e outros Deputados, cada cidadão e cidadã deste Estado poderá saber o voto de cada Deputado. Verão quem é a favor do imposto, quem é subserviente, quem quer discutir a matéria e até agora não fez uso da palavra. Porque pior para a democracia é só o senta-e-levanta, ou melhor, aqui não é um senta-e-levanta. Aqui é o entra-e-sai correndo. Qualquer dia vamos ter aqui Deputado correndo no Plenário, ou de cartas na mão ou de calças na mão, saindo do banheiro. Essa é a atitude aqui. Vir ao microfone fazer o debate, não vem; vir ao microfone dizer porque defende imposto, não vem.

Queremos fazer o debate. Que V. Exa. tenha pego o gosto pela tribuna, como fez com grande brilhantismo de orador que tem, que já conhecíamos das comissões. Aliás, reconhecemos a sua presença nelas. É uma das mais brilhantes e merece o louvor desta Casa. Mas gostaríamos que V. Exa. pegasse o gosto pelo debate e não viesse só entrar e sair correndo para votar projetos do Governo; que viesse outras vezes a esta tribuna para debater e dizer por que quer e concorda com impostos. Muito obrigado.

#### Questões de Ordem

O Deputado Arnaldo Penna - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não vou chegar ao nível em que as coisas foram colocadas aqui. De fato, não me dou a essas alturas. Gostaria de dizer que jamais cheguei correndo a este Plenário para manifestar o meu voto e nem mesmo às comissões, porque, em geral, sou dos primeiros que chega. Jamais estive fora deste Plenário na hora de votar, para depois aqui chegar e, numa possível verificação de votos, manifestar a minha presença. Eu gostaria, se fosse o caso, e poderei fazê-lo posteriormente, de verificar a minha presença nesta Casa e nas comissões, para mostrar a minha frequência.

Se o Deputado que me antecedeu faz de mim a imagem que faz, eu não faço dele a mesma. Acho-o um Deputado atuante, presente, combativo. Na verdade, quanto à patrulha que esse Deputado costuma querer jogar sobre os Deputados desta Casa, eu não tenho medo dela. Eu me submeti a uma eleição. E, na cidade em que fui Prefeito, pude obter 48% dos votos válidos, ou seja, provavelmente o número de votos que esse Deputado teve no Estado de Minas Gerais ou quase isso. Acho que esse pessoal tem condições de me julgar, porque, cidadão que sou daquela terra, onde vivi durante toda a minha existência, pela maneira de ser e de agir, graças a Deus, até agora, tenho sido reconhecido pelos meus concidadãos.

Quanto às manifestações dos meus votos, eu as faço de acordo com a minha consciência, sem permitir a quem queira fazer da minha consciência ou em minha consciência qualquer censura. Que o Deputado tenha suas posições, eu as respeito. Mas exijo que as minhas também continuem sendo respeitadas. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, quando se referiu ao Deputado que o precedeu na tribuna, ele se referiu a mim, uma vez que o antecedi. Quero deixar bem claro que reconheci a presença do Deputado no Plenário e nas comissões. Quando me referi ao entra-e-sai, não citei o Deputado que fez uso da palavra anteriormente. E quero deixar bem claro que, na discussão da representação popular, todos nós estamos em pé de igualdade. O fato de um Deputado ter tido um número maior ou menor de votos não o diferencia aqui dentro, muito pelo contrário, posso dizer que todos os Deputados, independente do número de votos que tenham recebido, equivalem-se em importância.

Critiquei o requerimento de V. Exa., e não a sua pessoa. Então, espero que V. Exa. não confunda. Mantenho todos os termos ditos a respeito do requerimento, que é autoritário e nega a democracia. Em momento nenhum, referi-me à pessoa do Deputado. Esperamos uma autocritica de V. Exa. nesse sentido, porque houve um reconhecimento de que tal requerimento causou mal-estar a toda a Casa; tanto isso é verdade, que, até agora, não tivemos nenhum Deputado, além de V. Exa., que fosse à tribuna defender o requerimento "estado de sítio".

Além disso, Sr. Presidente, para concluir, não é uma questão de patrulhamento. Se temos um mandato popular, os eleitores têm que saber como cada Deputado votou, para que, no próximo dia 4 de outubro, não só os 48% dos votos válidos de sua cidade a seu favor, mas todos os 100% possam saber não só como V. Exa. votou, mas também cada um dos Deputados.

Não é apenas uma questão de patrulhamento, é uma questão da natureza da representação do poder popular na Assembléia.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, neste Plenário, do Deputado Federal Genésio Bernardino, ex-Deputado Estadual, ex-Presidente desta Casa, e o convida a tomar assento à Mesa.

Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes nas galerias; venho encaminhar contrariamente a esse projeto, agora ao substitutivo, que está aqui, para ser discutido e votado. Apesar de reconhecer que o substitutivo é melhor que o projeto, porque tem emendas, como a do Deputado Ronaldo Vasconcellos, a respeito do carro a álcool, que representam um avanço, entendemos que o Governo, sob pressão, teve que recuar. Tudo se deve à grande trapalhada que o Secretário da Fazenda cometeu. A partir dessa grande trapalhada, gerou-se todo o processo. O projeto estava sendo discutido, e nossa bancada já havia discutido com a Liderança do Governo e o Presidente da Casa o fato de que estaríamos fazendo algumas modificações. Inclusive, o Secretário, quando esteve aqui, disse que estaríamos discutindo tais modificações, que começaram a ocorrer. Porém, em virtude do desrespeito do Secretário com relação a este Poder, passando por cima dele enquanto discutíamos o projeto, mandando para a casa dos contribuintes as guias com o aumento que ele desejava, criou-se todo o transtorno, todo o problema. E essa pessoa não foi punida pelo Governador do Estado; muito pelo contrário, continua forte e fazendo de tudo. O Governador tem dois pesos e duas medidas. Ele é o Governador e deve tomar as medidas que achar melhor, mas depois irá responder por elas. No meu entendimento, o Secretário da Fazenda tem causado grandes transtornos a todos nós. Houve algumas modificações no projeto, mas entendemos que elas não mexem na sua essência, pois o Governo continua elevando as alíquotas. É possível fazer isso? Poderia. Mas esse momento de estabilização, em que o povo já está extremamente penalizado, entendemos que é ruim.

Não podemos imputar ao povo mais aumentos fora dos limites da inflação. O povo não está tendo reajuste. Há três anos, os servidores públicos não têm reajuste. A maioria dos trabalhadores tem, no máximo, a correção da inflação, e iremos colocar sobre eles uma elevação da alíquota que possibilita um reajuste da ordem de 33%. Por isso nos opusemos e utilizamos a prática que o Regimento Interno nos permite. Porém, o Deputado apresentou esse requerimento. Fizemos questão de estabelecer todo o debate dentro do Regimento Interno, e a Oposição cumpriu o seu papel durante todo esse período, com competência para utilizar o Regimento Interno. Cada um utiliza o instrumento que tem. A maioria também tinha o Regimento Interno para ser utilizado; se não soube utilizá-lo corretamente, não é problema da minoria. Não é problema da Oposição se a maioria não teve competência para utilizar o Regimento Interno. Cabe à Liderança da Minoria utilizar o Regimento Interno, e ela o fez muito bem - o PT, o PMDB e parte do PDT -; não nos cabe fazer o trabalho da Oposição e ainda orientar a maioria. Se a maioria não soube utilizar bem o Regimento, não venham querer nos responsabilizar por isso.

Queremos encerrar, e eu queria deixar registrado, mais uma vez, o meu protesto contra o requerimento. Aceito as regras da disputa entre a maioria e a minoria, mas não aceito, em hipótese alguma, que nos cortem a voz. Podem cortá-la, mas utilizaremos outros instrumentos. Soubemos lutar contra a ditadura militar e contra essa pseudoditadura, imposta pelo PSDB. Saberemos, sim, em todos os momentos, lutar contra. E encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que o nosso voto vai ser contra esse substitutivo, porque não atende aos interesses do povo. Ele penaliza, ainda mais, o povo brasileiro, num momento de dificuldade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, imprensa, Deputado Federal Genésio Bernardino; é um prazer recebê-lo. Estamos sendo coerentes com o encaminhamento contrário a esse projeto. Há pouco, uma repórter, muito astuta, observou que, mesmo com esse desconto de 10%, o Governo está tendo um crescimento na previsão da receita dele: no total dos R\$200.000.000,00 que ele estava com a expectativa de crescimento, acabou ganhando R\$220.000.000,00, porque o percentual de desconto ficou muito pequeno: 10% para carros populares até 1.000cc; 4% para os demais carros, e 10%, também, para os carros com mais de 15 anos. Só com um detalhe: muitos telespectadores que

estavam acompanhando perguntaram: "Mas 10% sobre um tributo que não existe?" Eles tinham inteira razão, porque, na verdade, não existia nenhum tributo sobre carros com mais de 15 anos. Então, tivemos de procurar explicar - e aí temos de ser coerentes e isentar o Governador - que esse tributo para os carros usados foi criado pela Assembléia. Então, ela mesma dá uma compensação de 10%. Quando mostramos que no Rio de Janeiro - repeti várias vezes - esse desconto, apesar de o IPVA ser de 3%, tem um desconto que vai de 18% a 52%, e aqui concedemos 4% para a frota, em geral, e 10% para os carros populares.

Entendi o raciocínio do Deputado Carlos Pimenta apenas pelo início da fala dele, de que a metade é para as prefeituras. Então, dividiu-se o lucro. A expectativa, talvez, sim, mas aí até é pior, porque, mesmo que os Prefeitos do nosso partido tenham se manifestado favoráveis - e alguns assim se manifestaram, porque precisavam aumentar a receita -, entendemos que é um corporativismo com o qual não vamos ser coniventes. Somos contrários, sim. Que o Prefeito procure, seja de que partido for, administrar com austeridade, seriedade, e não, ficar aumentando imposto. Então, independente de prefeitura ou de partido, somos contrários.

Quero aproveitar a oportunidade para lembrar que o Deputado Arnaldo Penna foi de uma infelicidade absoluta, porque seria um dos parlamentares, pela sua trajetória, que não teria nada a ver com aquele requerimento. Nós o respeitamos e sabemos da sua seriedade nas comissões. Sou da mesma comissão que o Deputado e testemunha de que é freqüente, é participante. É um Deputado com quem temos divergência ideológica, mas temos que respeitá-lo pela seriedade. Ele foi infeliz, talvez movido pela agitação de fim de ano. Quando solicitei a ele que se manifestasse, foi no sentido de que, pela sua inteligência, mostrasse a sua infelicidade. Isso não seria demérito nenhum. O Deputado foi, realmente, vítima de um processo que assinou, talvez, traído pelo cansaço.

O nosso encaminhamento é totalmente contrário à aprovação desse projeto.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Ibrahim Jacob.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, a princípio, avivar a mente dos nossos colegas Deputados para que eles se lembrem de que esses 50% para as prefeituras já foi votado nesta Assembléia e homologado pelo Presidente, Deputado Romeu Queiroz, em 31/5/97. Eles já existem. O Governador não está dando de graça. Os Prefeitos já estão satisfeitos há muito tempo com esses 50%, oriundos de um projeto nosso sobre as multas de trânsito. Lembra-se agora? Mas a verdade é que não estamos vendo nenhuma vantagem nesse projeto nem no desconto que está sendo dado em razão de entendimento havido na parte da manhã.

Meus amigos Deputados, o jornal "O Globo" de hoje está nos dando uma grande notícia do Rio de Janeiro, que também tem um Governador tuano. Diz em seu artigo: "Governo do Estado reduz o IPVA de 98 em até 58% em relação ao ano passado. Donos de carros com placa de final 1 começam a pagar em 27 de janeiro". O pagamento da placa 1 começa em janeiro; placa 2, em 11/2; placa 3, em 18/2; até a placa 0, em 19/6. Aqui não tem mais isso, vai ter que ser pago em 14 de janeiro, qualquer que seja o veículo, sem nenhuma concessão. "O contribuinte pagará menos IPVA em 1998. A Secretaria Estadual da Fazenda divulgou a tabela que vai vigorar no ano que vem com valores reduzidos, em alguns casos, em mais de 50% em relação ao ano passado. O pagamento do IPVA de 98 terá início no dia 27 de janeiro para os veículos com placa de final 1 e vai até 19 de junho, quando será cobrado o imposto dos veículos com placa de final zero". Atentem bem para as razões colocadas, porque Minas Gerais vai sofrer com isso.

"A redução de imposto para quem tem carros populares, como, por exemplo, o Ford Fiesta 1.0 de 1996, será de 18,91%, chegando a R\$217,14 contra os R\$267,79 pagos este ano. Já o dono de um Citroën AX GTI BR de 96 deverá desembolsar R\$422,58, ao contrário dos R\$895,28 de 1997 - uma queda de 52,79%. O Secretário Estadual de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, explicou o motivo das modificações: muitos carros importados, por exemplo, estavam emplacando seus carros em outros Estados, causando perda de receita".

Podem esperar que o Sr. Governador não vai arrecadar aquilo que está pretendendo, em virtude do alto índice aplicado, de 33%.

"O pagamento fora do prazo implicará juros de mora", etc, etc. A cobrança de 33% é um absurdo e não condiz com o salário do trabalhador nem com o salário sem aumento algum, até hoje, do funcionário público.

- O Presidente faz soar a campainha.

O Deputado Ibrahim Jacob - Estou terminando, Sr. Presidente.

E não condiz com a inflação de 4,5%, já publicada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Inflação do ano. Vejam bem o que estamos fazendo nesta Casa, legislando em favor do Governo, e não em favor do povo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, a Deputada Maria José Hauelsen.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Sr. Deputado Genésio Bernardino, que nos visita, Srs. Deputados, telespectadores; estamos aqui também para dizer que votaremos contrariamente a esse projeto de lei, que pretende aumentar os impostos de carros e de instrumentos de trabalho de tantas pessoas.

O Governo alardeia que a inflação não ultrapassou os 5%. Para nós, é absurdo admitir um aumento de impostos na base de 33%. Há poucos dias, li em jornais que um dos motivos da inflação do País tem sido, primeiramente, serviços prestados, uma vez que não há maneira de se estabelecer igualdade na cobrança. São serviços prestados por autônomos e, cada vez mais, dificultam e encarecem a nossa vida. O outro fator são exatamente as taxas e os tributos cobrados pelo poder público.

Mas não há dúvida de que esse projeto teria tramitado nesta Casa sem maior problema, com algumas emendas, com as discussões normais dos projetos, até mesmo dentro da anormalidade estranha - se é que podemos falar em anormalidade estranha dos projetos do Governo que aqui chegam no mês de dezembro -, para que eles sejam votados sem a devida apuração, sem uma discussão mais cuidadosa.

Com certeza, apareceriam algumas emendas, e nós já estaríamos há muitos dias em recesso, gozando da presença dos nossos amigos e dos nossos familiares, em nossa casa. Entretanto, foi exatamente a maneira desrespeitosa dada ao encaminhamento dessas guias do IPVA que provocou, nesta Casa, uma reação das mais sérias que já vi. O Governo tem tanta certeza de que esta Assembléia Legislativa diz amém para seus projetos, que nem admitiu que alguma emenda pudesse aparecer e minimamente mudar o projeto. Aí o culpado não é o Governador, o culpado não é o Secretário, os culpados são aqueles, com certeza, que foram punidos, porque distribuíram as guias antes da hora. Então, crime não é desrespeitar a Assembléia, passar por cima dela, imprimir e esconder, mas guardar tudo prontinho, porque estamos acostumados a dizer amém ao Palácio da Liberdade. E mais problema vimos, nesta Casa, a reação que considere justa, santa e séria, quando, inclusive, o Presidente, numa atitude corajosa, retirou o projeto da pauta. Foi aplaudido por todo este Plenário. Vários Deputados foram ao microfone, louvaram o Presidente, concordaram com ele. O tratamento do Palácio da Liberdade foi desrespeitoso, mas foi uma indignação espasmódica e passageira. Bastou que o Secretário viesse aqui dar explicações inexplicáveis, confessar o seu erro, para que tudo se acalmasse, sobretudo depois de um encontro com as Lideranças. E não apareceu ninguém para dizer: não, entendemos, ele está certo, vamos votar a favor. E lamentamos também a atitude do Deputado Arnaldo Penna, que não reconhece o seu erro. Diz o ditado popular: "Errar é humano, perseverar é diabólico". Pena que o Deputado Arnaldo Penna não aceite o seu erro para evitar novos transtornos. Mas todos nós estamos aprendendo e vamos votar contra esse IPVA.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Paulo Pettersen.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Genésio Bernardino, que nos visita, é lamentável o que ouvimos, porque se trata de dois Deputados da maior grandeza, do maior talento, que podem realmente brilhar e compor tudo de bom que acontece nesta Assembléia Legislativa. Trata-se dos Deputados Arnaldo Penna e Durval Ângelo, que emprestam a este Poder e ao povo de Minas o seu talento e o seu conhecimento, para que, realmente, este Estado possa caminhar para melhores dias.

Não tenho dúvida de que as idéias são diferentes, isso é natural no processo democrático, mas quero lembrar, também, que o peso aqui, nesta Casa, não é decorrente dos votos que cada um de nós recebemos. O nosso valor aqui independe do fato de um parlamentar ter tido 50 mil votos, e outro, 10 mil. O poder do Deputado, para esta instituição e para o povo mineiro, é totalmente congruente. Não há essa distinção, porque as coisas transcorrem na plenitude e na harmonia, para que todos os Deputados tenham o mesmo alcance, o mesmo

direito e a mesma voz.

Com relação a esse requerimento, Sr. Presidente, quero até corrigir o meu Líder, Deputado Anderson Aduato - que rolnha - e também o Líder do PT - que rolhinha -, porque foi um requerimento sério, Sr. Presidente, que ameaçou esta instituição, um requerimento que considero inconstitucional. Eu não teria nunca a coragem de assinar, para que fosse votado nesta Casa, um requerimento dessa envergadura, porque vinha no seu bojo a castração de nosso direito, de nossa palavra. Confesso, Sr. Presidente, V. Exa. foi de uma sabedoria tamanha, porque, diante do endurecimento da maioria nesta Casa e com a afirmação da minoria, V. Exa. buscou, com a maior elegância e competência, evitar que enlameássemos esta instituição com um expediente dessa natureza. Quando V. Exa. se reuniu com os Líderes do PMDB, do Governo, do PT, foi feito um entendimento para que acontecesse não o que a minoria quer, mas o que esta Casa quer, porque muitos ou a maioria dos Deputados estavam apreensivos com tal atitude. Mas também podemos garantir que alguns Deputados afoitos já asseguravam a vitória desse requerimento esdrúxulo.

Mas, Sr. Presidente, nós já havíamos preparado uma medida, para que pudesse valer a voz da minoria, por meio de um mandado de segurança contra a decisão da Mesa, colocando esse requerimento em votação.

Felizmente, Deus iluminou V. Exa., para que pudéssemos chegar a um denominador comum, para que esta Casa ganhasse, como ganhou. Quero agradecer a paciência, o desprendimento de todos os Líderes e dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que votamos contra o IPVA. Não admitimos aumento de impostos acima da inflação. Tenho dito.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos há quase três dias discutindo este projeto de lei e continuamos a dizer que votaremos contra, porque não é possível o povo mineiro continuar agüentando a carga tributária imposta por este Governo.

Queremos manifestar o nosso repúdio ao requerimento apresentado. Quando o Deputado Arnaldo Penna disse que a minoria estava cerceando o direito de voto da maioria, não pudemos concordar. Quem tirou o direito de voto da maioria nesta Casa foi o Governador Eduardo Azeredo, pela pressa com que tem mandado os projetos polêmicos, no encerramento do ano, para que sejam aprovados sem discussão. Ele, sim, é o grande culpado por ter cerceado a maioria de manifestar seu direito de voto. Se esse projeto tivesse chegado aqui em setembro, se tivesse sido discutido nessa época, a maioria teria o direito da manifestação e de voto. Por isso, não concordamos com esse requerimento, que, a nosso ver, foi realmente uma ameaça a essa instituição, tendo sido aplaudido pela maioria dos Deputados, inclusive pelo Corregedor da Casa, Deputado Ermano Batista. Isso me assustou, porque não concordamos com aquilo que está fora do Regimento Interno. Sabíamos que esse "requerimento-rolha" estava previsto no Regimento, mas não vamos admitir que o que está fora do Regimento venha em desfavor da instituição que defendemos.

Por isso estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, discutindo esse malfadado projeto, que trouxe tanto desgaste a esta Casa, a esse Governador e a todos os Deputados que aqui estão, desde domingo, às 9 horas da manhã. Isso mostra, mais uma vez, a incompetência desse Governo do Estado, que precisa assumir o governo. Eduardo Azeredo deve estar ouvindo, agora, na sua casa: assumo o Governo de Minas, não deixe que isso aconteça. O que estava acontecendo aqui, hoje, Sr. Governador, foi o que aconteceu com a greve da Polícia Militar, quando o senhor só acordou quando foi dado um tiro e morreu uma pessoa. Estão levando para V. Exa. uma realidade que não é a verdade. As dificuldades são grandes, mas fazem crer ao Governador que está tudo bem. Está tudo bem, como aconteceu com a greve da Polícia Militar. Está tudo bem, como o que ia acontecer nesta Casa: um golpe de Estado. Nós, que sofremos com a Revolução de 1964, achávamos que isso não iria existir, pelo menos neste século, e estivemos quase sofrendo esse golpe duro para todos nós, para a Assembléia Legislativa, para o Presidente desta Casa, que lutou para que o Regimento fosse votado e modificado.

E nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando contrariamente ao projeto, porque não concordamos, apesar de certos avanços que houve, com alguns descontos e, principalmente, com a modificação que o Deputado Ronaldo Vasconcelos conseguiu, na sua campanha de ecologista, que foi diminuir o valor cobrado dos carros a álcool. Foi um avanço, mas isso não satisfaz o povo mineiro, o contribuinte e, muito menos, o PMDB. Vamos votar contra, porque não concordamos com o que estamos vivendo hoje, nesta Casa. Em primeiro lugar, pelo requerimento apresentado e, em segundo, por esse projeto.

Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Antônio Andrade.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Genésio Bernardino, Sra. Deputada, demais pessoas presentes nas galerias; volto a esta tribuna, para manifestar a minha indignação contra o projeto do IPVA. Abro parênteses para, mais uma vez, dizer do erro cometido pelo nobre Deputado Arnaldo Penna, quando assinou aquele requerimento, impedindo as manifestações e os pronunciamentos de todos os Deputados. Acredito que foi um ato impensado, de momento, porque conheço o nobre Deputado e sei do seu trabalho nesses três anos. Sei quanto tem trabalhado pelo bom andamento desta Casa e acredito que sua participação tenha sido, apenas, no que tange à assinatura do documento, pois creio que jamais voltaria a assinar um documento tão prejudicial à liberdade democrática. Caso seu vizinho, Tancredo Neves, estivesse vivo, tenho a certeza de que lhe daria um puxão de orelha, pois não permitiria, de forma alguma, tal atitude.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos caminhando para a votação desse imposto, e volto a insistir que todos os Deputados votem contra o aumento do IPVA. Caso esse projeto venha a ser aprovado, não me julgarei derrotado, porque tenho a consciência tranquila; durante todo esse processo, durante todo o período que esse projeto tramitou na Casa, lutei com todas as minhas forças, embora minoria, contrariamente à sua aprovação.

Não é admissível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tenhamos mais aumentos na carga tributária. Não é admissível que haja aumento de tributos sem contrapartida de serviços por parte do Governo. Não é admissível que o Governo seja tão simplista pensando em resolver seu problema de caixa apenas com aumento de impostos. Tomei conhecimento, no "Hoje em Dia", do pronunciamento do Deputado Gilmar Machado, do Deputado Sebastião Costa, cujas idéias compartilho. Falavam sobre o enxugamento da máquina administrativa. Não podemos resolver os problemas do Governo apenas com aumento de impostos. É preciso que haja mais criatividade, é preciso que copiem o que fazem as empresas nesses momentos de ajuste da economia, que caminha para a globalização, em que o setor privado tem, cada vez mais, contribuído para o equilíbrio econômico do País. Mas o setor público, praticamente, não tem feito nada. Quando se criam secretarias de governo, não se trata apenas do pagamento dos salários mas das despesas indiretas que geram ônus para o Estado. É preciso que esta Casa promova discussão corajosa sobre o enxugamento da máquina, soluções criativas que viabilizem o Estado, porque, do contrário, no ano que vem, estaremos votando novamente mais aumento de impostos, pois o déficit vai continuar. Vários Deputados desta Casa são empresários e sabem que, dessa forma, não resolveriam o problema de suas empresas. Vários Deputados que aqui, hoje, votarão a favor do aumento de impostos, em suas empresas comportar-se-iam de forma diferente. Em suas empresas, jamais concordariam em aumentar o preço de seus produtos, porque não os venderiam no mercado. Procurariam, primeiramente, a eficiência da sua empresa e é isso que o Estado precisa fazer. Para atingir esse objetivo, que a Assembléia, como Poder soberano, dê a sua contribuição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, Sr. Presidente, solicito que me conceda os 5 minutos regimentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho vários amigos no PSDB e, entre eles, um que deu grande contribuição a este Estado e ao País. Ele foi Reitor da UFMG na época da ditadura. Em uma de suas conferências, disse que pior do que a ditadura são as suas seqüelas. Vejo que as seqüelas da ditadura às vezes são tão extensas que atingem, inclusive, aqueles que foram suas vítimas. Vejo, por exemplo, que, hoje, o Deputado Arnaldo Penna, também vítima da ditadura, assumiu comportamento absolutista perante esta Assembléia ao apresentar um requerimento cujo teor contém os mesmos vícios da ditadura. Foi bom que, em tempo, o Deputado Arnaldo Penna e os que o apoiaram neste requerimento perceberam, e nesse caso, houve também a nossa contribuição, já que o requerimento proposto ofendia demais esta Assembléia Legislativa e a democracia e, por isso, não poderia prosperar. Então, quero manifestar a minha alegria ao ver um colega recuar após tomar uma atitude cuja consequência seria extremamente grave para nós. Foi muito bom que esse requerimento tenha sido retirado definitivamente, eu espero, das ações da Assembléia Legislativa, do Plenário e como proposição. Não é só esse. Do mesmo modo que a sua continuidade, a sua aprovação eventualmente poderia abrir precedente grave; a sua retirada talvez tenha sido a afirmação grandiosa desta Assembléia Legislativa para que não se tomem medidas dessa natureza: graves. Portanto, quero parabenizar os meus colegas Deputados ao tomarem atitudes dessa espécie.

Quero também fazer reparo em relação à atitude que, num primeiro momento, foi grandiosa, elevou a dignidade, o valor da Assembléia Legislativa, mas, infelizmente, durou muito pouco: a atitude de nosso Presidente. O primeiro momento de retirada do IPVA, da proposta do Projeto de Lei nº 1.425/97, foi de muita elegância, de coragem e de defesa da democracia e desta Assembléia. Lamentavelmente, durou muito menos do que durou o fato negativo e prevaleceu, no momento seguinte, o fato negativo, que foi a reintrodução do Projeto de Lei nº 1.425/97. Nesse caso, não culpo o Presidente, mas responsabilizo as lideranças governistas por tê-lo reintroduzido nesta Assembléia.

O projeto continua ruim, apesar das emendas e dos remendos, continua injusto, continua onerando extraordinariamente o povo de Minas. Quero, nestes últimos 25 segundos, dizer aos meus colegas parlamentares que, diante da gravidade da atual situação no Estado de Minas Gerais, todos estamos desafiados, no primeiro momento de nossa atuação, antes mesmo de assumirmos a atividade legislativa, a pensar sobre a reforma, a estrutura e o perfil tributário do Estado, sobre a economia e a gerência estatal, para podermos dizer que as medidas tomadas aqui devem trazer futuro mais feliz ao povo mineiro e dar-lhe garantia de melhores dias.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, a derrota nem sempre é derrota, falou-me um companheiro. Os que estiveram na oposição lutaram e falaram. As idéias foram colocadas, aqui, na esperança de que todos os que estivessem ouvindo se convencessem. Havia até os que eram mais ousados. Espera. Porque creê naquele que nos ama a todos igualmente, os que se converterem.

Srs. Deputados, votaremos contra e encaminhamos pedindo aos senhores que votem contra. Eu não estava entendendo. Eu estava numa tristeza tremenda, porque vi. E creio que... Será que ainda resta tempo? Tínhamos ontem a convicção absoluta e plena de que, dentro do Regimento Interno novo, o processo de obstrução não permitiria que o povo de Minas tivesse mais um imposto. Esta Casa teria vencido de 10 a 0. Mas, de repente, faz-se um acordo. De repente, o Arnaldo Penna, que antes era vítima de seu tropeço - e quem não tropeça? - falou tanto, correu tanto, porque todos os seus colegas declararam que iriam votar contra. Ai não, Governador. Porque era contra o corpo. Que absurdo! De repente, esse homem, que estava acanhado, se torna herói. Ele foi o grande estadista. Ele viabilizou o imposto e inviabilizou a Oposição. Mas de um acordo eu nunca abro mão. Porque nós nos demos as mãos e nos olhamos olho no olho. E eu falei: "Em nome de Jesus, meu irmão." E eu cito o nome. "Vamos firme. O que vai vencer será a nossa fé." Porque, se nós nos dobrarmos a essa "rolha" - não será uma rolha, será um tampão - vamos ser vencidos. Por isso, quis encaminhar. Um colega, sinceramente, muito amado e que gosta de mim, não sei, acho que talvez não, mas é uma pessoa que amo muito, disse-me: "Colega, você está sendo ridículo." Será? Vou votar contra? Claro. A esse requerimento acrescentei o artigo que foi antes votado, porque não foi. Inclua-se, onde convier, o requerimento do Deputado Arnaldo Penna. O Deputado, contrário ao Projeto de Lei nº 1.425, está proibido de falar nesta Casa.

A palavra liberta-nos quando sondamos a nós mesmos, mas também estávamos cansados. Por outro lado, muitos colegas entendem que a sociedade ganhou com isso. Ganhou. Que diminuiu, diminuiu. Venhamos e convenhamos. Agora, devemos dar as mãos para deixar este Poder agir com o que ele tem de melhor, que são as cabeças de políticos regionais que, portanto, aplicam bem o dinheiro das subvenções. Podíamos vencer. Eu não entendo o porquê desse acordo. O meu acordo ainda continua sendo o primeiro, porque eu nunca abri mão dele.

Já termino, Sr. Presidente. Eu disse para os nossos companheiros Deputados Gilmar Machado e Adelmo Carneiro Leão o seguinte: não aceitamos o acordo, vamos obstruir até o fim.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Geraldo Nascimento.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galeria, telespectadores, sinceramente, eu estava ali pensando se valeria a pena vir aqui para fazer uso da palavra. Primeiramente, devemos nos lembrar de que o futebol de Minas Gerais foi vitorioso neste ano, pois o Cruzeiro foi bicampeão da Libertadores da América, o Clube Atlético Mineiro foi bicampeão da Conmebol, o América foi campeão da Série B, passando para a Série A. O atletico está nos lembrando de que houve também o título da Copa do Centenário. O futebol, neste ano, trouxe tantas alegrias para a população mineira, principalmente para aqueles que gostam desse esporte. Eles não esperavam que o ano fosse fechado com um presente de Natal como este: a discussão do Projeto de Lei nº 1.425/97.

Entretanto, num primeiro momento, bem ou mal, as Oposições se firmaram a favor de toda essa população. Meus caros amigos, colegas, Deputados, esportistas, amantes do futebol, não são somente vocês que estão sendo penalizados, pois uma série de contribuintes está sendo penalizada. A nossa satisfação seria, Sr. Presidente, caros colegas, ver, pela primeira vez, num processo sério, num processo de discussão, esta Casa aceitando, para o melhoramento do projeto, as emendas que nós relacionamos, com o objetivo de melhorar e dar consistência à proposição. Esperávamos que 33% de reajuste não fossem efetivados para esses contribuintes, que tiveram perdas no decorrer do Plano Real, dessa moeda que veio por imposição do Fundo Monetário Internacional e acabou com todos os reajustes salariais, não somente dos funcionários públicos, dos metalúrgicos do Vale do Aço, dos metalúrgicos de Minas Gerais, mas também de grande parte dos pequenos e médios empresários.

O que mais me assustou foi a truculência desta Casa, num momento de arrogância, não ouvindo uma série de propostas que havíamos apresentado. Nós as havíamos apresentado no intuito de melhorar o projeto, mas a arrogância era tão grande que sequer se deram a honra ou a gentileza de fazer a leitura das nossas emendas.

Foi com muito pesar que as emendas foram rejeitadas no domingo, uma por uma. Na segunda-feira, retornando a esta Casa, mais uma vez assistimos às rejeições das emendas e não tivemos outra alternativa a não ser utilizar da força que o Regimento ainda nos dava, que é a da obstrução. Graças a Deus, hoje estamos com a consciência limpa diante da população mineira, que no meu entender está sendo sacrificada com esse projeto de IPVA.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pena que os contribuintes estão sendo assaltados.

O Sr. Presidente - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado Anderson Aduino.

O Deputado Anderson Aduino - Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que esse assunto já encheu a todos. Tenho certeza de que todos estamos cheios dele, assim como os contribuintes estão com relação ao aumento de impostos e taxas.

A população mineira e brasileira tende sempre a condenar os seus homens públicos. Podem acusar o político de muitas coisas, menos de não ter sensibilidade para entender o que as pessoas estão procurando. E nós, que fazemos parte do partido mais antigo deste País - podem acusar o PMDB de muitas coisas também, menos de não ter sensibilidade para com os problemas da população -, estamos sintonizados com a vontade popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual é hoje a posição da população brasileira e mineira com relação ao aumento de impostos? É uma posição de verdadeiro repúdio, porque não agüenta mais. Não que ela não queira, ela simplesmente não suporta mais o aumento da carga tributária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos absoluta certeza de que chegou a hora de mudar esse modelo, que, confesso aos senhores, já foi utilizado por nós também. Mas, em determinados momentos, a sociedade evolui, a sociedade muda, e seus homens públicos têm obrigação de mudar, de evoluir também. Temos que acabar com esse modelo de que, quando falta dinheiro aos Estados, vai-se buscar no bolso do contribuinte. Da mesma forma e da mesma maneira que as pessoas físicas estão fazendo hoje, num momento em que temos uma moeda estável, num momento em que as empresas dão um valor muito grande à área de planejamento, temos que trazer uma palavrinha para a área pública. A palavrinha que lhe falta, que falta em Minas Gerais chama-se eficiência no governo. O governo deve ser eficiente, deve gastar bem o recurso público, mas não o está gastando. Ele gasta, de forma deslavada, recursos exagerados com propaganda, com publicidade, tentando enganar o povo com uma eficiência que não tem.

Então, Srs. Deputados, vamos fechar o ano fazendo aquilo que a população mineira está a esperar de nós: derrotar esse projeto, dizer não. Vamos todos aqui votar com a procuração que o povo nos deu quando nos botou aqui dentro como Deputados, como representantes, não do Governador, deste Governador que não tem competência para gerir os negócios do Estado. Vamos votar com a vontade do povo, e a vontade do povo é derrotar esse projeto de aumento do IPVA. Vamos, portanto, Srs. Deputados, votar como o povo que nos escolheu, como o povo que escolheu cada um dos senhores espera que os senhores realmente votem. Vamos votar contra porque o povo não agüenta, o povo não suporta, o povo não está mais dando conta de aumento de carga tributária. Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.425/97 na forma do Substitutivo nº 1, ficando prejudicada a Emenda nº 1. A sanção.

O Deputado Durval Ângelo - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados; votaram "não" 17 Deputados, num total de 54 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do Substitutivo nº 1.

#### Declarações de Voto

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde o início dos trabalhos para votação e encerramento do ano legislativo, eu havia adiantado às Lideranças do Governo e desta Casa qual seria a minha posição com relação ao projeto que aumentou a alíquota do ICMS, ao projeto de custas e emolumentos e ao projeto de IPVA.

Votei contrariamente a esses três projetos por entender que eles são danosos à economia popular. Historicamente, nesta Casa nunca votei favoravelmente a nenhum projeto que aumentasse impostos. Portanto, solicito que fique gravada nos anais desta Casa a minha declaração de voto contrário e por que votei contrariamente. Foram três os projetos em que votei contra. Quero reafirmar aquilo que fiz durante o processo de votação: votei contra o Projeto de Lei nº 1.548, do ICMS, votei contra o Projeto de Lei nº 1.425, esse que acabamos de votar, e contra o aumento das custas e emolumentos, que é aquele que distancia ainda mais o acesso do pobre à justiça. Votei contrariamente a eles para não prejudicar o povo. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Geraldo Nascimento- Sr. Presidente, não é novidade nenhuma para a população mineira, especialmente para a população do Vale do Aço, que o nosso compromisso é classista. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso voto esteve, nesse período, continuamente contrário. Esta Casa não se dignou aceitar as nossas propostas para a melhoria dos respectivos projetos votados nesse pacote.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma última menção ao projeto do IPVA. Houve um absurdo maior quando o Sr. João Heraldo fez a política do fato consumado. O Estado de Minas Gerais está abismado com essa política. Por isso, Sr. Presidente, não aceitamos essa maneira de fazer a política da questão consumada. É a minha declaração para todo o povo de Minas Gerais, com muito pesar.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de declarar nosso último voto a esse projeto, contra o qual votamos desde o início. Quero parabenizar esta Casa e todos os Deputados que estiveram aqui, guerreando, lutando. Pena que poderíamos ter ganhado de 10 a 0. Sem dúvida, o Arnaldo Penna foi o grande vencedor, porque seu requerimento não passaria, de jeito nenhum. Todos os Líderes estavam se encaminhando para o microfone e declarando que eram contra, e ele estava assentado no Salão Vermelho, tira, não tira, querendo tirar o requerimento.

Às 11 horas, ainda estávamos discutindo o requerimento do Arnaldo Penna, e eles diziam: "O tiro saiu pela culatra. Perdemos um dia". Usando este Regimento Interno, não conseguiriam passar imposto nenhum. Mas a Situação foi mais hábil, driblou e, nisso, o Anderson Aduato falhou. Mas, numa hora dessas, tão cansado, quem não falha? O fato é que ganhamos de 1 a 0.

Sempre declaramos nosso voto contra porque somos contrários a impostos. Não adianta. Essa saga por impostos é o espírito que faz com que os nossos governantes não olhem para as soluções que estão aí, saltando aos nossos olhos. A corrupção, como um rio, leva para fora os nossos recursos.

Nós conseguimos e, graças a Deus, louvado seja Deus, pelos companheiros, pelos irmãos, instaurou-se uma comissão parlamentar de inquérito para o ano que vem - uma CPI dos garimpos, para ficar claro que está indo lá para fora. A máfia, até da Coréia, está saltando aos olhos. Não é verdade? Como se não bastasse tanta sonogação. Porque há tantos impostos! O problema é que temo que esse vá cegar, por um longo tempo, os administradores ou a administração. De sorte que tomara que não aconteça como todos os impostos que somem. Quando há muito imposto, há uma opressão. Olhem, o provérbio de Salomão, no capítulo 11: "Aquele que dá liberalmente, mais e mais ser-lhe-á acrescentado, mas aquele que retém mais do que é justo, ser-lhe-á pura perda", porque o Brasil tem perdido todas as vezes que taxa o povo. Muito obrigado. Chega.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, votei contra o Projeto de Lei nº 1.425/97, do Governador do Estado, que eleva o IPVA dos veículos de Minas Gerais, elevando uma grande maioria em um valor acima de 30% em relação ao ano de 1997, para preservar a autonomia e a independência desta Casa, a Assembléia Legislativa. Mas votei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contra o aumento do IPVA para cumprir o papel mais importante de um parlamentar: defender os cidadãos da gana e da violência do Estado, da expropriação do Estado sobre o cidadão. Votei contra o IPVA, contra a proposta do Governador do Estado, exatamente para garantir e preservar o interesse de cidadania e o interesse dos mineiros.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, perdemos uma grande oportunidade não só de impedir que um imposto absurdo como esse sofresse essa majoração de 33%, que é um ataque ao contribuinte, mas também de dar uma demonstração de força e independência deste Poder, que foi desrespeitado pelo 1º-Ministro de Minas Gerais, o Sr. João Heraldo, que assinou uma medida provisória, encaminhando as guias de arrecadação do IPVA a todos os proprietários de veículos de Minas Gerais. Esta Assembléia deveria ter demonstrado a sua insatisfação e uma postura muito mais firme, rejeitando esse aumento de imposto. Queremos aqui elogiar a Bancada do PT, parcela da Bancada do PMDB e parcela da Bancada do PDT, que soube ficar firme esses dias todos, com um louvor enorme para as Lideranças do PT e do PMDB, que souberam demonstrar por que foram eleitos e por que são representantes do povo. É lamentável que em um ano de crise como este, Líderes de outros partidos não tenham tido o mesmo procedimento.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos ilustres Deputados Gilmar Machado e Antônio Júlio, que fizeram citações elogiosas à minha pessoa e a nosso trabalho na Casa. Gostaria ainda de elogiar o Deputado José Militão, que coordenou esse substitutivo.

Todos concordaram com a nossa idéia de tentar prestigiar o veículo movido a álcool, aqui, no território mineiro. Não só do ponto de vista dessa economia financeira que cada proprietário de carro a álcool vai ter, mas principalmente porque desperta em todos nós, desperta na sociedade mineira o interesse pelo retorno da política estadual de prestígio ao álcool, como um todo. Eu queria lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que o nosso território mineiro, muito extenso, é muito bom para a produção da cana-de-açúcar, matéria-prima para o álcool. É uma lavoura de plantio rápido, que gera mão-de-obra quase que imediatamente, e isso é muito bom num momento em que a geração de emprego talvez seja a problemática maior de todos nós, brasileiros, e de todos nós, mineiros, pois Minas tem diversas indústrias que trabalham com a cana-de-açúcar, transformando-a no álcool. Mas é bom também, Sr. Presidente, lembrar que queremos retornar, efetivamente, com a política da produção do álcool aqui no Estado de Minas Gerais, não apenas no nível do discurso. E esse avanço conseguido, para que o proprietário de carro a álcool tenha um desconto significativo no pagamento do IPVA, é um primeiro passo. Já estamos estudando a esse respeito e vamos apresentar, no começo do ano que vem, um projeto de lei criando a "frota verde" do Estado de Minas Gerais, tornando obrigatório que os veículos públicos utilizem esse combustível que é, acima de tudo, nacional, mineiro, ambientalmente correto e muito bom do ponto de vista econômico. É um combustível ambientalmente correto e, socialmente, bastante justo.

Queremos agradecer aos Srs. Deputados que votaram com essa idéia e dizer que queremos trabalhar cada vez mais, para desenvolver a política da indústria do álcool combustível no Estado de Minas Gerais. A nossa satisfação, então, é grande - já termino, Sr. Presidente -, porque conseguimos levantar essa idéia. E já nos comprometemos a apresentar, em fevereiro de 1998, um projeto de lei criando a "frota verde" no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, cumpri com meus propósitos, cumpri com os propósitos do nosso partido, o PDT, e, ao mesmo tempo, cumpri com a obrigação para com o povo de Minas Gerais. Votamos "não" com muita consciência, porque, infelizmente, a alíquota de Minas Gerais vai ser a maior de todos os Estados deste País. Lemos e verificamos, através do nosso pronunciamento, que o Rio de Janeiro, ao invés de aumentar o imposto, além desse desconto, sobrepôs ainda, ao desconto anterior, 58% de desconto do valor das alíquotas desse ano ainda. Em 1998 o Rio de Janeiro, tenho a certeza, vai ser o município que mais vai emplacar carro neste País. Muito obrigado.

#### Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência prorroga, de ofício, a presente reunião, por mais 2 horas.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.426/97, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado, para o exercício de 1998. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação do projeto com as 81 emendas e as 4 subemendas que apresentou e pela rejeição das demais emendas. Foram retiradas pelos respectivos autores as Emendas nºs 413, 414, 420, 425, 2.010, 2.011 e 2.014. Em discussão, o projeto. Para discuti-lo, com a palavra o Deputado Anderson Adauto.

O Deputado Anderson Adauto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos entrando na avaliação de um novo projeto. Reputo o orçamento do Estado, ou seja a proposta orçamentária, importante. É hora de os parlamentos começarem a entender que o que o Executivo faz é apenas a elaboração de uma proposta orçamentária. Quem transforma a proposta em projeto, em orçamento, é o Legislativo. E percebo, tanto por parte do Executivo quanto do Legislativo, um descaso muito grande com essa peça chamada orçamento. Por quê? Porque desde 1964 os orçamentos são elaborados da mesma forma. Num primeiro momento, era a vontade do governo militar que os orçamentos fossem elaborados na mesma forma como são hoje: verdadeiras caixas-pretas, uma coisa fechada, hermética, que ninguém entende direito. O governo militar não queria, naquele momento, que houvesse transparência na elaboração do orçamento. Pois bem, terminou o ciclo autoritário, o mesmo ciclo que o Deputado Líder do PSDB quis instituir aqui na Casa com o "requerimento-rolha". Acabando aquele período de ditadura, iniciou-se o período democrático. Mas nenhum avanço foi feito no sentido de elaboração do orçamento. E por quê, Srs. Deputados? Exatamente porque vivíamos num período de inflação, em que nem o Governo nem o setor privado nem as pessoas físicas conseguiam elaborar os seus respectivos orçamentos nem para o mês, muito menos para o ano. Então, esse quadro continuou, esses vícios continuaram, e a proposta orçamentária, elaborada pelo Poder Executivo, em vez de ser uma peça de planejamento, foi uma peça de ficção. E, em algum momento, os parlamentos tiveram o desejo de transformar essa peça de ficção em peça de planejamento. Vivemos num processo de moeda estável. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no meu entendimento e na minha avaliação, chegou a hora de começarmos a fazer com que o orçamento deixe de ser uma peça de ficção e se transforme numa peça de planejamento.

Hoje, as pessoas físicas já conseguem elaborar seus orçamentos. Com dificuldade, é verdade, mas estão conseguindo. As empresas, hoje, para sobreviver, têm obrigação de ter uma área específica de planejamento. As empresas maiores têm, inclusive, diretorias que cuidam especificamente da parte de planejamento. E o poder público? O poder público teima em continuar a fazer daquilo que deveria ser a principal peça de planejamento do ano uma peça de ficção, e não uma peça de planejamento.

Sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todos estamos extremamente cansados e exauridos. Gostaria de dizer aos senhores Deputados, que, talvez, não tenham tido tempo de ler aqueles seis volumes da cópia do orçamento que recebemos, que tive oportunidade de ler. Não estou com pretensão de querer transformar a peça de ficção do Governo Estadual numa peça de planejamento sozinho. Sinto que, ainda, não existe vontade política deste parlamento, para fazer aquilo que todos esperam que os parlamentos - não o parlamento mineiro, apenas, porque isso não é um vício do parlamento mineiro, apenas, mas de todos os parlamentos, começando pelo Governo Federal, passando por todos os parlamentos estaduais e municipais...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Dentro do raciocínio que V. Exa. está desenvolvendo, gostaria de concordar com V. Exa., quando diz que precisamos aprimorar o orçamento, principalmente a lei orçamentária.

Minas Gerais avançou nos instrumentos de planejamento, através do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, que nem todos os Estados possuem e que ainda precisa ser aprimorado. Porém, também é preciso ressaltar que dependemos de uma modificação da lei federal. E esta Assembléia Legislativa, juntamente com outros órgãos do Estado de Minas Gerais, do Executivo, do Tribunal de Contas, da Prefeitura, da Associação Mineira de Municípios, enfim, contribuiu para a mudança da Lei nº 4.320, que é o Projeto de Lei Complementar nº 135, que está em tramitação no Congresso Nacional. Através da aprovação desse projeto, esperamos corrigir uma série de distorções. E quero concordar com V. Exa. sobre um vício que existe, que nós só teremos verdadeiramente um parlamento mais livre e independente no dia em que tivermos um orçamento não autorizativo, mas um orçamento cujo cumprimento seja obrigatório. Ai, sim, teremos avançado. Temos que fazer aqui o registro de que depende de cada parlamentar desta Casa, como vai depender de todos os parlamentos estaduais, influir para que a Lei nº 4.320, que está sendo alterada no Congresso Nacional, possa vir muito mais de acordo com aquilo que interessa aos parlamentos estaduais. Hoje, com o processo de estabilização, o orçamento é muito menos peça de ficção científica. Hoje, o orçamento é muito mais realista. Mas ainda é peça de ficção, uma vez que começamos o nosso mandato e o mandato desse Governador com um orçamento de 7 bilhões e pouco e, em 3 anos, estamos em R\$ 15.200.000.000,00. Se nossa economia tivesse crescido tanto, estávamos verdadeiramente muito bem. Mas não é verdade. Há um vício na forma de apresentação do orçamento. De forma que quero agradecer o aparte e dizer que concordo, mas que não depende somente dos parlamentos estaduais, depende de uma mudança da lei federal. Queria também fazer o registro de que fomos recebidos no Congresso Nacional pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e pelo relator do Projeto de Lei Complementar nº 135, que nos garantiram que vão acolher nossas sugestões. E mais, nos solicitaram inclusive a indicação do nome, no caso da Comissão de Constituição e Justiça, para ser o relator na Constituição e Justiça. Então, precisamos aprimorar. E é do empenho de cada parlamentar que vai depender o orçamento mais de acordo com o momento que o mundo todo está vivendo. Muito obrigado.

O Deputado Anderson Adauto - Acredito que seja apenas o Brasil que trata dessa forma os seus orçamentos públicos. Mas, como eu estava dizendo, Srs. Deputados, todos hoje conseguem ter e elaborar os seus respectivos orçamentos. As empresas, para sobreviverem, têm que ter um mínimo de planejamento. Aquelas que não se organizaram, aquelas que não conseguiram se organizar na linha de planejamento mensal, de planejamento em médio prazo, de planejamento em longo prazo, estão indo à bancarrota, se extinguindo, estão quebrando, estão falindo. Se o setor público não fizer a mesma coisa, terá que continuar fazendo o que foi feito aqui no projeto anterior, ou seja, a cada ano aumentar a carga tributária. Nós que votamos contra o aumento na taxa de IPVA, nós que votamos contra todos os outros projetos que aumentam impostos temos a obrigação de estar aqui no momento em que foi discutida a proposta orçamentária do Governo, para dizer que ela é uma peça de ficção. O próprio Executivo, que critica o Legislativo pela apresentação de emendas, apresentou uma série de "janelas".

Não quero cansá-los. Temos mais de três páginas e conseguimos enumerar o grande número de "janelas" que o Executivo propôs. Eu disse, anteriormente, que não é nossa intenção ser mais realista que o rei ou achar que um Deputado, sozinho, vai conseguir transformar essa peça de ficção em peça de planejamento. Mas quero aprimorá-lo um pouquinho mais. Apresentei alguma coisa em torno de mil destaques, ou seja, solicitei que, das três mil e poucas emendas, mais ou menos mil fossem destacadas. Concordo, aqui da tribuna desta Casa, que foi um exagero o que fiz. Irei sacrificar grande parte dos companheiros no momento em que formos conduzir o processo de cada um desses destaques.

Mas, Srs. Deputados, eu tinha, na verdade, interesse em quatro emendas. Duas delas tratavam da proposta de abertura de suplementação de créditos, dos 20% originariamente colocados na proposta orçamentária, para 5%. No processo de negociação que teve com o Governo em relação ao orçamento, o PT negociou essa percentagem para 10%. Eu queria 5%, mas sinto-me contemplado, satisfeito, com base no princípio de que a gente busca o ideal e, muitas vezes, fica com o que é possível.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, realmente vou brigar pela aprovação de duas emendas. E por que farei isso? Porque não são emendas pessoais. Não são emendas que beneficiam a minha região, que me garantam uma parte do orçamento para fazer obras no meu Triângulo mineiro, até porque sei que o Governo não está fazendo obra nenhuma. São emendas que procuram ajustar, melhorar o orçamento. Já cuidei de repassar essas duas emendas ao relator do orçamento.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Eu queria, em primeiro lugar, continuar parabenizando, não o Líder do PMDB, apenas, mas o Deputado Anderson Adauto, que representa muito bem o Triângulo mineiro, que vem lutando diuturnamente para que aquela região tenha a prosperidade que S. Exa. deseja, dentro do seu alcance.

O Deputado Anderson Adauto - As emendas não são para minha região. São emendas de texto, Sr. Deputado. Por isso estou dizendo que isso se justifica. Se fosse uma emenda pessoal para beneficiar a minha região, uma emenda individualizada, eu não iria fazer o que estou disposto a fazer. Só vou fazer esse trabalho hercúleo de destacar essas emendas todas para que possa chamar a atenção, porque, de todas as emendas que apresentei, essas duas são emendas que beneficiam o Poder Legislativo como um Poder fiscalizador, porque abro dentro dessa margem de 5%, e numa delas solicito que seja suprimido o parágrafo único do art. 8º, que diz que o Poder Executivo poderá suplementar o orçamento de investimento de empresas controladas pelo Estado até o limite de 20%, que, no caso, transformaram-se em 10% do valor referido no art. 5º da lei. Depois vem um parágrafo único, paragrafozinho safadinho, que diz que não oneram o limite estabelecido no artigo as suplementações realizadas com recursos provenientes das alterações e outros, diretamente arrecadados pelas empresas controladas pelo Estado: CEMIG, COPASA e várias outras.

Este parlamento, que tem como obrigação não só formular leis mas também fiscalizar o Executivo, não tem essa condição, porque deixa soltos esses recursos todos, nenhum deles passa por seu crivo. A única coisa que quero é a valorização do parlamento, que passe a fiscalizar também as empresas da administração indireta do Estado.

O Deputado Paulo Pettersen (em aparte) - V. Exa. já demonstrou o seu desprendimento aqui nesta Casa.

O Deputado Anderson Adauto - Da minha parte está muito bem, não estou encontrando eco junto ao relator.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Continuo não subestimando sua capacidade. São necessárias negociações dessa envergadura, é necessário que V. Exa. sinta, que o relator

discuta, questione, porque é tão abrangente que nós, realmente, sentimos a mesma necessidade de V. Exa. em efetivar a sua pretensão, que é do Triângulo e é nossa.

Então, Excelência, tenho certeza do seu autêntico desempenho, da sua garra, com que sempre soube conduzir, nas horas mais difíceis, nesta Casa, projetos do mais alto interesse para o Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que no norte que V. Exa. procurará para solucionar essas pendências, terá o apoio de todos nós aqui nesta Casa.

O Deputado Anderson Aduato - Assim espero, Sr. Deputado. Gostaria, apenas para concluir, de dizer novamente que não será com essa emenda que irei deixar de forma perfeita o que critiquei aqui, mas que essa minha emenda melhora em muito o enquadramento que o Legislativo tem que fazer para que haja por parte do Executivo, para que ele venha de forma constante todas as vezes que ultrapassar o valor estabelecido no orçamento, que foi definido por ele, e a Casa ainda dá um percentual de mais 10% de manobra que ele possa ter antes de vir dentro do Legislativo novamente.

Mas por qualquer valor que ultrapassar os 10%, tem que retornar aqui, ao parlamento, para explicar o que arrecadou e onde será aplicado o dinheiro, e precisará, antes, de autorização legislativa.

É apenas isso, Srs. Deputados, que solicito com a minha emenda. Concluo a discussão do processo de discussão solicitando aos senhores que analisem, que avaliem a nossa emenda e vejam se realmente ela é ou não é boa para o parlamento como um todo e para o Estado de Minas de forma geral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos agora, em nome da Bancada do PT, apresentar nossa discussão a respeito do orçamento para o ano de 1998. Podemos observar qual é o grande interesse do orçamento para o povo do Estado. Quando estamos a discutir os recursos para o orçamento, cuja previsão é da ordem de R\$15.200.000.000,00, vemos que o interesse não é o mesmo que foi dado ao assunto relativo ao IPVA, que mexe com uma quantia muito menor. Na concepção da nossa bancada, o orçamento do Estado é algo fundamental. Entendemos que, infelizmente, no País e, em especial, em Minas Gerais, o orçamento continua sendo uma peça de ficção. O Governo do Estado envia a esta Casa um orçamento previsto da ordem de R\$15.200.000.000,00, mas, desse montante, o orçamento real é da ordem de R\$8.000.000.000,00, no mais é apenas uma movimentação contábil. Entendemos que não mais temos condições de continuar assistindo a uma montagem, a uma cena de enrolação. O Governo envia à Assembléia, e o povo imagina que existe um orçamento real. Nós vemos aqui que esse orçamento demonstra que não temos ainda um controle efetivo sobre o que entra e o que sai das contas do Estado. Em segundo lugar, vemos esse orçamento refletindo a crise financeira do Estado, demonstrando o endividamento que hoje estamos vivenciando. Esse orçamento mostra claramente que o Governo do Estado, nos últimos anos, vem se endividando de forma temerária. Esse orçamento reflete o déficit que estamos vivendo no Governo do Estado. Quando o Governo Azeredo assumiu, nós tínhamos uma dívida da ordem R\$4.500.000.000,00. Hoje, essa dívida já se aproxima dos R\$14.000.000.000,00. Outra coisa que é colocada claramente, quando o Governador Eduardo Azeredo assumiu, o déficit do Estado anual não ultrapassava a casa dos R\$100.000.000,00. Hoje, o nosso déficit é superior a R\$800.000.000,00, podendo chegar, neste ano, a R\$1.200.000.000,00. Percebemos uma elevação, ao longo dos anos, com relação a essa questão do déficit. O orçamento demonstra, para todos nós, que é preciso um ajuste fiscal e uma reforma tributária urgentes. Não podemos mais continuar sem uma ampla reforma, mas o Governo propõe reformas, como a questão do IPVA, que somente tratam da questão da receita, tentando impor ao povo mais aumento, mais impostos, mas não apresenta propostas concretas de redução de gastos efetivos.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Fico pensando no discurso de V. Exa., a exposição sobre o orçamento e a defesa da sua tese. Mas V. Exa. tem percebido que no orçamento que votamos aqui, as emendas que se fazem a ele - este Deputado aqui, da vez passada, fez quarenta e tantas emendas - nenhuma delas é considerada. Há Deputado mais antigo aqui desta Casa que diz "não vou lá nada no orçamento, é bobagem". A coisa funciona de uma tal maneira... a forma como às vezes lutamos... Agora, se tomarmos posse do poder que temos, Excelência, como V. Exa. defende, se nos unirmos, este Poder pode realmente falar sobre o orçamento, direcionar e saber que vai ser ali mesmo. Ele não fará de conta nunca mais, por exemplo, no sentido de fazer emendas. Eu fiz emendas, emendas relativas a pontes, a postos, a ônibus escolares para pegar as professoras que ficam à beira da estrada. Isso é um absurdo: o desprezo que damos às professoras. V. Exa. sabe disso. V. Exa. defende tão bem a categoria. É um nobre Deputado, atuante, grande Deputado. Mas a primeira coisa para que haja uma ação tremenda da verdade em nós, é aquilo que é transparente. Nós reconhecemos que usamos a tribuna muitas e muitas vezes, sabendo que a coisa acontecerá conforme está predeterminado. Quero apenas expor para V. Exa. que este Poder, no momento que quiser se libertar, pode. Se nós, por exemplo, tivéssemos percebido, como eu percebi às 11h30min da manhã, quando se discutia aqui, por exemplo, a emenda do Arnaldo Penna, nós fomos orar e vencemos. Mas aí a Liderança "comeu mosca", e o bobo aqui achou que V. Exa. disse que não havia tido acordo nenhum. Não tendo transparência, ficava parecendo um bobo. De repente falta um, falta outro, falta um, falta outro. Também faltam aqueles que nos apóiam. Juntos, na multidão dos conselheiros, há sábias decisões. Por isso temos condições de ser mais sábios que o Executivo porque temos multidões de cabeças políticas conselheiras capazes de examinar o orçamento. Mas o Líder já vem de diversos mandatos, na minha região, não é muito sábio dizer: "Não, colega, não vou lá no orçamento." Posso falar, falar, falar, falar, mas é bobagem. Falo e procuro falar quando creio. Absolutamente, creio e creio que V. Exa. cre no poder parlamentar, porque V. Exa. é um parlamentar direcionado e destinado. E V. Exa., se for para a Federal, vai fazer uma falta nesta Casa, vai dar uma saudade muito grande. Se eu voltar a esta Casa... um colega disse: "Você é bobo de ficar usando a tribuna, quem usa a tribuna não é eleito." Eu o provoquei: "meu amigo, se não for, estou livre". Mas, se vier para cá e V. Exa. estiver lá no Congresso eu vou sentir uma falta! Nós vamos sentir. Mas quando estivermos plenamente em luz e na luz e com os irmãos, e esta Casa parlamentar se levantar, sabendo o poder que tem, o poder da palavra, do parlamento, de examinar, os Executivos serão tão bem fiscalizados e as obras tão bem aplicadas, que o povo então não mais terá a impressão que tem do Deputado. Pelo contrário, o Deputado será um príncipe do povo como o é na nação de Israel. E podemos dizer que V. Exa. é um dos melhores. Parabéns pelo seu encaminhamento tão brilhante sobre a votação que teremos no orçamento. Continue, Deputado. Parabéns.

O Deputado Gilmar Machado - Muito obrigado, Deputado Raul Lima Neto. Queremos agradecer as suas palavras gentis e carinhosas e dizer que, realmente, acreditamos que - e a nossa bancada, desde o início, tem colocado aqui, claramente - precisamos aperfeiçoar o orçamento. Acreditamos que vamos melhorar cada vez mais o orçamento. Estamos aqui discutindo, apesar de muitos não darem o devido valor ao orçamento, mas continuamos acreditando que é possível melhorá-lo. O povo vai reconhecer um dia que o tanto de imposto que paga vai servir para determinadas obras, e que estaremos aqui discutindo com eles.

Queremos agradecer a contribuição do Deputado Raul Lima Neto e dizer a todos os Deputados e Deputadas que continuamos acreditando na discussão do orçamento. Fazemos as críticas para que cada ano possamos obter aperfeiçoamentos. Entendemos que o orçamento expressa a realidade do Estado. O povo deve entender a crise que estamos vivendo. Por que temos a crise financeira? Porque o Governo do Estado está refletido no orçamento, ele se sujeitou e foi tímido na discussão do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF. O Governo foi tímido também na discussão da Lei Kandir. Como disse o Secretário João Heraldo nesta Casa, o Governo fez um jogo e imaginou que fosse ganhar, mas jogou errado. A Secretaria da Fazenda e o Governo do Estado têm feito jogos com o povo de Minas, mas têm jogado errado, porque têm feito com o povo algo que não poderiam fazer. Isso vem refletido no orçamento. Com a Lei Kandir, teremos um rombo de mais de R\$500.000.000,00 no próximo ano. Isso afeta o déficit. O Governo do Estado terá de promover cortes. O Secretário da Fazenda já está dizendo que, no próximo ano, poderemos ter a demissão de funcionários públicos. Começará com a não-renovação de contratos. Teremos, então, problemas com a educação, pois já vemos filas em Belo Horizonte e em Uberlândia para se conseguir matrícula nas escolas estaduais. Nós não tivemos isso no ano de 1997. Já é o reflexo do orçamento que estamos aqui a discutir.

O Deputado Marcos Helênio (Em aparte) - Eu queria fazer uma observação. Quando eles cobram, como seria esse orçamento? Colocamos que o pior desse orçamento é exatamente a falta da discussão democrática sobre ele. Temos entendido que esse orçamento só refletiria a ansiedade ou as prioridades se fosse realmente discutido com a sociedade. E que não fosse feito um simulacro de audiências públicas onde se criam expectativas que não são cumpridas. Nós, Deputados, não teremos mais coragem para, no interior, discutir prioridades sobre o orçamento, pois sabemos que esse entendimento é uma repartição que se faz com os Prefeitos aliados evidentemente.

Então, temos que ficar atentos à execução de cada rubrica desse orçamento e ao seu cumprimento. Entendemos que não temos condições de ficar mexendo demais no orçamento, porque ele é feito dentro dos gabinetes fechados, junto com os burocratas e sem a participação popular. Esse orçamento só teria êxito se fosse um orçamento participativo, invertendo-se prioridades, e não atendendo interesses de determinados grupos. Muito obrigado.

#### Questões de Ordem

O Deputado Anderson Aduato - No meu entendimento, não temos Deputados suficientes para continuar a sessão. Se V. Exa. concordasse, gostaria de pedir a verificação de "quorum".

O Deputado Ajalmar Silva - Solicito seja feita chamada para recomposição do número regimental.

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - É regimental. A Presidência vai determinar seja feita a chamada para recomposição do "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário,

para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Ermano Batista) - (-Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 48 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Continua com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar da interrupção da minha linha de raciocínio, vou tentar elencar os pontos que nossa bancada gostaria de deixar claros.

Em primeiro lugar, continuamos acreditando que é preciso aperfeiçoar o orçamento. Por isso, nas administrações democrático-populares do PT, estamos trabalhando no processo do orçamento participativo, com inversão de prioridades. Entendemos que essa é a forma mais democrática: discutir conjuntamente com a população, fazer a inversão de prioridades e fazer com que o essencial chegue à maioria da população.

Em segundo lugar, esse orçamento reflete a crise financeira do Estado e o endividamento promovido por esse Governo, deixando claro para todos nós que o Governo continua subserviente ao Governo Federal através do FEF, da Lei Kandir, como eu já tinha dito.

A terceira questão: entendemos, como disse o nosso Líder, Deputado Marcos Helênio, que o orçamento continua não expressando aquilo que discutimos nas audiências públicas. Promovemos as audiências regionais, mas elas não estão expressas aqui, ainda. Mas, vamos continuar lutando e aperfeiçoando esse instrumento.

Também conseguimos pelo menos melhorar, através de algumas emendas, como a que reduz o crédito suplementar, que estava colocado em 20% e estamos tentando a sua redução para 10%. E vamos fazer o destaque da emenda, para que possamos fazer com que o Estado tenha apenas um crédito suplementar da ordem de 10%. Achamos que ainda é muito em uma inflação que está entre 4,5% e 5%.

Mas, pelo menos, há uma diminuição de 20%. Em uma economia estabilizada, isso é um absurdo. Porém, conseguimos recursos para as discriminatórias, para que, nas terras devolutas que pertencem ao Estado, possam ser feitas discriminatórias, garantindo acesso aos trabalhadores sem terra para assentamento e efeito de reforma agrária. Entendemos ser isso muito importante. Além disso, temos uma emenda da Deputada Maria José Hauelsen que assegura e garante a zona de processamento de exportação na região de Teófilo Ottoni, gerando empregos e melhorando a receita da região. Entendemos que houve alguns avanços, mas que é preciso continuar aprofundando, deixando claro que precisamos de reformas profundas tributárias e fiscais, mas não reformas que venham sacrificar o povo. Como estava dizendo, não podemos mais sacrificar o povo. O Secretário da Fazenda, hoje, diz uma coisa e, amanhã, desmente. Há ainda a questão das demissões dos funcionários públicos. Não podemos aceitar que Minas volte a ter filas nas portas das escolas, ficando as crianças sem matrícula, como estamos vendo, agora, no final de 1997 e início de 1998. Há muitos anos não víamos filas nas portas das escolas, pais correndo atrás de matrícula, precisando dormir nas filas para conseguir uma vaga para seus filhos. Estamos vendo que "Minas faz a revolução na educação". A revolução que está sendo feita é no sentido de os pais voltarem para as filas. Isso não podemos aceitar. O orçamento já está refletindo a situação e temos que evitar que isso ocorra.

Para encerrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos que, no processo de votação, iremos tentar aperfeiçoar o projeto, através das emendas, Deputado Raul Lima Neto, assegurando que não haja a diminuição de recursos na área da saúde, da educação e dos transportes, que são essenciais. Continuamos acreditando nisso e queremos dizer ao Governo que há outras formas de resolver o problema da crise fiscal e do déficit que não seja a demissão e a retirada de conquistas. O Governo tem possibilidades e condições de mudar esse quadro através de emendas e modificações, diminuindo as secretarias e os cargos em comissão, que estão lá. O Governador não gosta de tocar no assunto e não vou repetir, mas há pessoas nesses cargos com altos salários, em uma estrutura extremamente grande.

É uma estrutura grande e prejudicial, pois poderia funcionar melhor e com mais eficiência com um número menor de cargos comissionados e de secretarias, reduzindo a receita para investir em outras áreas. Temos uma série de propostas que queremos e vamos discutir durante o processo de reestruturação da Secretaria da Fazenda, no próximo ano. Além desse, há outros projetos. Concedo o aparte ao Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - V. Exa. disse estar concluindo e não concluiu e até entendo isso como estilo. Paulo fala assim: "Finalmente, irmãos". E vêm mais dois capítulos em Efésios. É até uma prolixidade. Mas V. Exa. não é prolixo, V. Exa. é sério. Mas, no momento, proporia a V. Exa. que fizéssemos por escrito, mais bem feitas, e levássemos ao Governador, todas essas propostas que V. Exa. está colocando com relação ao orçamento, mas em uma outra hora. Agora, não vai adiantar mais a sua palavra. Vamos votar conforme está no orçamento. Antes até, já está aperfeiçoado. V. Exa. já prestou contas, sim, a todos nós. Agora muitos terão que parabenizar a situação, porque ganhou de 7 a 3. Sua palavra é bem-vinda, mas, Excelência, conclua. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Agradeço ao Deputado Raul Lima Neto e quero dizer o seguinte: continuo afirmando que, enquanto tivermos voz e espaço, estaremos expressando o posicionamento da Bancada do PT. Poderemos ser derrotados, perder, mas continuaremos a usar o espaço que temos para colocar o nosso posicionamento, a nossa visão. Isso é correto, e todos podem fazer. Não deixaremos de fazê-lo. Essa deve ser uma das minhas últimas intervenções este ano.

Encerrando, não poderia deixar de fazer menção ao trabalho muito bem feito e à assessoria muito bem feita que tivemos da consultoria da Casa, dos técnicos, que estão aqui e mantiveram plantão, e da assessoria coletiva, que nos deu instrumentos para fazer isso. Parabéns à assessoria.

Gostaria também de dar parabéns ao pessoal da Taquigrafia, que "segurou a onda" de mais de 40 horas de obstrução. Eles tiveram um papel fundamental ao manter e redigir exatamente o que falamos, principalmente nos momentos de tensão. Parabéns à equipe da Taquigrafia.

De público, gostaria de me desculpar com a assessoria do Plenário. Ontem, tivemos um pequeno desentendimento. Quero me desculpar, se, em algum momento, eu os ofendi. Vocês são extremamente eficientes, pessoas em quem confiamos e acreditamos. Foi um equívoco da nossa parte. Erramos e reconhecemos. Em momento algum, queríamos jogar sobre o outro aquilo que era responsabilidade nossa. Se passou essa idéia, queremos pedir desculpas a vocês, que estão de parabéns, porque colocam claramente todos os posicionamentos. Foram firmes hoje na orientação ao Presidente. A decisão foi da Presidência. Foi uma definição política que travamos aqui, de manhã, e vocês deram a posição segundo o Regimento. Queria ressaltar isso. Gostaria de fazer isso, de público, porque o trabalho de vocês é maravilhoso.

Não posso deixar de mencionar todos os demais servidores, o pessoal da segurança. Parabéns a vocês. Um bom 1998 para todos, e que possamos, de fato, fazer, no ano que vem, um trabalho sério e eficiente. Particularmente, sinto-me orgulhoso desta Casa, porque mostramos sempre que ela quer aperfeiçoar não só o orçamento, como também outros instrumentos. Ela só tem a ganhar com este debate.

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Para discutir, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Acredito que não vou usar todo o tempo, Sr. Presidente. Se for necessário, vou usá-lo.

O Deputado Gilmar Machado, de alguma forma, já externou a nossa posição em relação ao orçamento do próximo ano. Só gostaria de pontuar algumas questões.

Como acredito que todos os Deputados leram o orçamento, pelo menos em suas peças básicas, porque é a lei mais importante que votamos nesta Casa - estima a receita e a despesa do Estado e, de alguma forma, define as ações principais a serem desenvolvidas no ano seguinte -, todos percebemos que ele reduz investimento social em educação e saúde. Apesar de estarmos assistindo a um paraíso, pela televisão, na educação e na saúde, inclusive falácias de prêmios internacionais que a UNICEF concedeu à Secretaria da Educação, a realidade de cada um dos Deputados não é essa. V. Exas. sabem muito bem a situação de abandono das escolas estaduais, até em questões mínimas de infra-estrutura. São escolas depredadas, em péssimo estado de conservação, que não possuem vigias, nem o antigo zelador, que tomava conta delas, professores que, até para terem algum material básico como papel, giz, têm que recorrer, cada vez mais, a uma cobrança maior de taxas de matrícula, ou mesmo de contribuição direta dos alunos, recolhida em sala de aula.

Também estamos assistindo ao abandono em que se encontra a saúde. Ai é bom que se diga que não é só na região metropolitana, onde, muitas vezes, o problema parece mais agudo. Ele se acentua na região metropolitana porque, em função da ausência de atendimento no interior e na ideologia da "empurroterapia", são ambulâncias e mais ambulâncias que trazem pacientes para serem atendidos na Capital. O Governo se contrapõe, falando nos consórcios municipais de saúde. Não há também nada mais falacioso do que essa questão. Hoje, os consórcios de saúde nada mais são do que a partilha dos problemas da saúde entre os municípios. E temos assistido, cada vez mais, ao fato de que o Estado se exime de sua responsabilidade na questão da saúde. Também vemos o caos em que se encontra a FHEMIG, transformada pelo Sr. Guilherme Riccio em uma republiqueta de bananas, onde manda e desmanda, demite servidores de carreira que pensam diferentemente dele, impede processos democráticos, como é o caso do Hospital Júlia Kubitschek, do Barreiro, que teve uma tradição quebrada, que é a eleição, por voto direto da comunidade, de seus Diretores, ou seja, até pelo terror que hoje se espalha nas unidades, nos sanatórios que atendem portadores de hanseníase, nas famosas colônias pelo interior do Estado. Há pouco tempo, a Comissão de Direitos Humanos teve que se deslocar até o Sanatório Santa Isabel, em Betim, para constatar essa realidade. Então, se o orçamento, diante desse caos em que se encontra a área social, reduz o investimento, o que nós poderemos esperar no próximo ano para essa área? O que nós poderemos aguardar para esse setor por parte do Governo? Não tenham dúvidas, Srs. Deputados, de que o que teremos pela frente será o acirramento dessa situação. O que teremos pela frente será um quadro cada vez mais caótico. E é importante deixar claro que esta Assembléia poderia mudar essa situação. Esta Assembléia poderia fazer emendas, modificações que fossem mais substantivas no orçamento do Estado. Ai, Srs. Deputados, todas as emendas que foram feitas por dezenas e dezenas de Deputados foram sumariamente rejeitadas pelo relator da matéria. Infelizmente, essa situação poderia ter sido modificada. A Assembléia tem responsabilidade no provável caos da saúde, que vai se acirrar a partir de 1998, e no caos da educação, que também vai se acirrar.

E essa lógica precisa ser invertida, precisa ser modificada. A Assembléia tem que ver a lei orçamentária como um instrumento básico para resolver a situação em que se encontra todo esse quadro caótico que vemos na educação e na saúde no Estado de Minas Gerais.

Além do mais, a questão central do orçamento hoje, o problema da dívida pública de Minas Gerais, já está se tornando uma novela que se arrasta há três orçamentos, e é a sangria do pagamento da dívida que está levando o Estado cada vez mais a esse processo de insolvência. O Estado de São Paulo já teve seu acordo assinado, que está sendo praticado em situação muito mais favorável do que em Minas Gerais. E perguntamos: por que isso? Será porque Fernando Henrique foi Senador naquele Estado, lá morou e mora ou será que há um problema mais sério, que é a incapacidade dos Deputados Federais da bancada governista de Minas Gerais, que não são capazes de modificar, de inverter esse quadro? Ou seria talvez por uma postura fraca, tímida do Governador de Minas Gerais, que se nega a fazer sua intervenção diretamente com a Presidência da República, mostrando sua força, mostrando os interesses maiores do Estado de Minas Gerais?

Mas, aproveitando a discussão do orçamento, gostaria de, na tranquilidade deste Plenário, falar sobre a votação do IPVA nesta tarde. Quero aqui fazer, antes de tudo, um reconhecimento de que fracassamos na questão do IPVA. A Oposição nesta Casa não foi capaz de ser mais firme diante do rolo compressor do requerimento apresentado pelo Governo. A Oposição desta Casa não foi capaz de fazer valer toda a sua argumentação durante o processo de obstrução de duas semanas. Tentamos, nos esforçamos, mas ficou para todos nós uma lição: aqui a maioria governista, os Deputados que apóiam o Governo, se são capazes de querer implantar uma ditadura neste Poder, que riscos corremos com esses mesmos grupos no poder do Estado e no poder da União? Realmente, isso nos assusta.

E há pouco falávamos, respondendo ao autor do requerimento, Deputado Arnaldo Penna, Líder do PSDB, que somente foi o porta-voz da posição da maioria de apoio ao Governo. Ele simplesmente se expôs, mas a responsabilidade era também de Ajalmar Silva, do Presidente Romeu Queiroz, do Deputado Mauri Torres e de todos os outros que discutiram, por intimidação da Oposição desta Casa, a apresentação do "requerimento-rolha". Faço aqui este reconhecimento: nós erramos, erramos em não ir no confronto até o final, erramos por não correr o risco de votar aqui o "requerimento-rolha". E, mais ainda, de responsabilizar a Bancada da Situação por qualquer consequência que pudesse advir do processo de votação do requerimento do Governo. Acho que, mesmo se derrotada, a sociedade saberia ver no gesto da Oposição desta Casa um sinal de grandeza. As vitórias, vamos falar a verdade, foram pífiás, foram tímidas, pois o Governo já havia proposto o desconto de 10% para os carros populares. Além disso, desconto de 10% para os carros com mais de 15 anos, que antes eram isentos, e desconto de 4% para os demais, que estavam na alíquota de 4%, também é algo ínfimo. Isso não é vitória. Fomos derrotados. Fomos derrotados pela falta de coragem. Fomos derrotados, talvez por falta de uma articulação melhor.

Quero deixar bem claro, Srs. Deputados que apóiam o Governo, que, logo no início do próximo ano, teremos aqui os projetos referentes ao funcionalismo, teremos aqui o projeto da COPASA e, provavelmente, as questões relacionadas com as reformas previdenciária e administrativa, a partir das votações no Congresso Nacional. Ai eu gostaria de alertar que, pelo menos, a postura deste Deputado será diferente, porque acho que se o Governo quiser o confronto em projetos que são impopulares, a Oposição não pode temer tal confronto.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Eu quero parabenizar o nobre colega, que falou com o coração, com o sentimento do povo sofrido, das classes menos favorecidas que estão sendo penalizadas, inclusive pelo gesto agressivo do Secretário da Fazenda, que emitiu, antecipadamente, as guias do IPVA. V. Exa. está, sem sombra de dúvida, de parabéns. O seu desempenho nesta Casa foi tão brilhante, tão incentivador, pois buscava a todo o tempo fazer prevalecer a voz da minoria. Quando V. Exa. faz reflexões, sentindo-se um derrotado, como nós, minorias, fomos derrotados, talvez esteja se esquecendo da grandeza das Lideranças do PMDB e do PT, que evitaram um desastre para esta instituição. O PMDB e o PT evitaram que a imagem do Poder Legislativo fosse maculada agressivamente por esse requerimento.

Então, quando a Minoria, em conversação com outras lideranças do Governo, com o Presidente desta Casa, encontraram uma saída, isso, sem sombra de dúvida, aconteceu graças ao empenho de V. Exa.

E tenho certeza de que o povo de Minas Gerais jamais esquecerá essa nossa defesa intransigente dos interesses do contribuinte. V. Exa. e a sua bancada, bem como a nossa, do PMDB, na pessoa do nosso líder, Anderson Aduato, desempenhou muito bem essa função. Sentimos e transformamos essa derrota que nos foi imposta pela Maioria, mas sabemos que esse é o jogo do processo democrático. E temos grandeza para compreender isso. Mas a Maioria, muitas vezes, não teve a grandeza nem a oportunidade de entender isso e tentou, muitas vezes, sufocar a nossa voz, castrando os nossos direitos.

Então, não poderíamos, de maneira nenhuma, deixar as nossas forças, ainda que sejamos poucos aqui nesta Casa. Mas V. Exa., junto com essas bancadas, fez com que prevalecesse o interesse maior do Estado, que é o interesse do contribuinte, já penalizado, já sacrificado. E se nós não impedíssemos essa saga do Governo, que é um dos piores empregadores do dinheiro público, a Maioria jamais o faria. Esse direito à crítica construtiva, como fiscalizadores do povo, é nosso, da Minoria. Temos que trazer a crítica a esta Casa, não apenas nos projetos do IPVA ou do aumento da alíquota do óleo diesel. Marcamos nossa posição defendendo os interesses dos contribuintes, e é nesse momento que eu vejo a grandeza de V. Exa. Quando V. Exa. explicita muito bem o interior do seu coração: como o de um derrotado, mas de cabeça erguida. É isso que o povo quer ver.

Parabenizo V. Exa. por sua grandeza e desprendimento.

O Deputado Durval Ângelo - Seguindo nossa linha de raciocínio, o Deputado Paulo Pettersen também esteve firme no trabalho de obstrução. Estou, neste primeiro momento, Deputado, destacando os aspectos negativos. Na segunda parte do discurso, vou ressaltar o que foi que eu vi de positivo.

O que eu quero dizer é que fomos derrotados, porque o Governo demonstrou a sua pouca afeição à democracia e tentou nos impor uma ditadura. Mas talvez nossa maior derrota tenha sido não pagar para ver. Deveríamos ter mostrado ao Governo que queríamos ver as cartas com as quais ele estava jogando. Talvez o sentimento de derrota tenha sido por não ter tido, entre as 11 e as 12 horas de hoje, esta clareza que estou tendo agora. Talvez esse sentimento de derrota seja mais um sentimento pessoal, por não ter apostado todas as cartas no jogo do Governo.

O Deputado Geraldo Nascimento (Em aparte) - Muito obrigado, companheiro Durval Ângelo, nobre colega. É evidente que as Minorias estavam fazendo obstrução. Gostaria de mencionar a fala do Deputado Paulo Pettersen, que disse que você usou mais o coração, porque acho que ele tem um pouco de razão. Mas gostaria de expressar a todos os Deputados, inclusive aos companheiros do PMDB, que estiveram junto conosco à frente desse processo de obstrução, que eu costumo dizer em nossa bancada que você não é só coração. Na minha opinião, você é o equilíbrio na questão do coração e da emoção. O coração, que faz parte da emoção, é equilibrado com a razão. Neste sentido, tenho que parabenizá-lo. Também parabenizo as várias intervenções feitas pelos companheiros do PMDB, sobretudo pelo companheiro Deputado Paulo Pettersen. Mas, sinceramente, temos que bater a mão no coração. Não foi fácil estarmos obstruindo, nesse processo de vaivém. V. Exa. falava do entra-e- sai. Enquanto estávamos aqui, no cansaço, tentando resistir, do outro lado, estavam os governistas, descansando, revezando-se. O futuro próximo está reservando uma ampla maioria aos que hoje compõem a Minoria nesta Casa. Lamento muito. Se você tivesse, companheiro, a condição e a oportunidade de descansar um pouco, já teríamos aplicado nesta Assembléia, hoje, no processo, o que o senhor está enxergando agora. Concorde com você. Também concordo que, quando estávamos enfrentando o requerimento do Deputado Arnaldo Penna, poderíamos tê-lo "peitado". Tínhamos condições de fazê-lo, mas o cansaço não nos permitia. Muito obrigado, companheiro Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria de agradecer as palavras sinceras e generosas do companheiro de partido, Deputado Geraldo Nascimento, mesmo sabendo que elas têm mais

um caráter de animar o companheiro.

Gostaria, também, de dizer algo sobre este Poder. Ele foi derrotado nessa questão do IPVA, quando não fomos capazes nem de modificar as guias de arrecadação que o "Primeiro Ministro", o João, da Secretaria da Fazenda, mandou para os contribuintes. Ele editou uma medida provisória, cobrando por antecipação o IPVA majorado em 4%. Não fomos capazes de exigir nenhuma retratação nem de abrir uma comissão para punir esse Secretário. Infelizmente, isso mostra a fragilidade deste Poder, que não se mostrou à altura da representação popular, pois poderia, no mínimo, mesmo que aprovasse na íntegra o projeto do Governo, exigir a exoneração do Secretário. Poderia ter exigido a modificação das guias, e não foi capaz disso. Não me venham com histórias de que o Poder saiu fortalecido, pois não acredito em contos de fada, em histórias que não correspondem à realidade. Este Poder deu uma demonstração de fraqueza não diante do Executivo, mas de um Secretário autoritário. Por isso, Deputado Raul Lima Neto, fomos derrotados.

Vislumbro também algumas questões que ressalto como vitória. Sabem qual foi a grande vitória nessa obstrução? Antecipamos a sucessão em Minas Gerais. Inauguramos, nessa obstrução, o processo sucessório no Estado. O Deputado Alencar da Silveira Júnior, autor do requerimento que gerou a TV Assembléia, tinha razão quando, há uma semana, disse que estava inaugurado o processo sucessório em Minas Gerais. Por quê? Porque a bancada de apoio ao Governo, antes uniforme, não manteve a uniformidade aqui.

Não pensem os senhores que a insatisfação estava só no PT que é tradicionalmente oposição. Não pensem os senhores que a insatisfação estava só na parcela majoritária do PMDB e em dois Deputados do PDT. Ouvíamos de Deputados do PFL, do PPB e do descontentamento pela forma como o Governo conduz sua política em Minas Gerais. Essa insatisfação é sinal claro de que foi dada a largada para a sucessão no Estado. Mais do que isso: quando o PT, nos três anos anteriores, obstruía, era uma ação isolada. E a explicitação do PMDB e de parcela do PDT foi sinal claro de que o processo sucessório está aberto e de que o Governo não vai ter facilidade aqui, ano que vem.

Ganha com isso a democracia, ganha o povo de Minas Gerais, que não terá um Legislativo subserviente, que diz "sim, senhor", mas um Legislativo que saberá se impor e fazer valer a sua vontade. O povo ganha, o Estado de Minas Gerais ganha.

Dois Deputados estão inscritos para aparte. Concedo inicialmente a palavra ao Deputado Raul Lima Neto e depois ao Deputado Paulo Pettersen. Peço que não se estendam muito, porque tenho ainda muitas questões a abordar.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Durval Ângelo, acredito que não estamos mais no processo de obstrução. Os interesses foram alcançados, os acordos foram cumpridos, o orçamento está sendo votado. Quero parabenizá-lo pela atuação durante todo esse laborioso período de votação do aumento do IPVA. Mas V. Exa. enganou-se numa coisa.

V. Exa. permitiu - eu não sabia disso - que os requerimentos fossem retirados. Eles nos dariam condição de obstruir, segundo o Regimento Interno, até amanhã. Ainda mais com o erro, com o tiro pela culatra do Deputado Arnaldo Penna, que fez um requerimento. Eu disse, mesmo quando ele usou, em latim, o direito da liberdade: V. Exa. não pode esmagar o vosso corpo, porque o corpo é a casa parlamentar. E todos os Líderes e Deputados se levantaram e correram para se inscrever, falando que votariam contra o requerimento. Ai, não. De repente - às vezes, para que não ficassemos mais cansados, só que não sabia disso, porque, mesmo cansados, votamos os 10% -, fez-se acordo de 10%. E disseram: nós não perdemos, nós ganhamos. Não, perdemos de 7 a 3. Podia ter sido de 10 a 0.

Perdemos, talvez, até porque comemos mosca. Eu não estava na liderança dos acordos, porque, se não tivessem comido ali, aí, sim, teria valor a nossa palavra. Do contrário, estamos obstruindo, em face de algumas emendas que fizemos...

Deputado Durval Ângelo, V. Exa. é atuante demais; é burilado nas mãos da palavra, do "logos", da verdade. E a palavra tem efeito quando é sincera. Ai ela tem objetivo claro, porque é o coração transparecendo tanto que o Pe. Antônio Vieira, que V. Exa. conhece, compara o pregador ao sementeiro. Pregador se faz com a boca, semear se faz com as mãos, ou seja, as nossas mãos, o nosso corpo, o coração tem que acompanhar a nossa palavra. Mas, agora, a essa altura, acredito que até a emenda feita no orçamento deva ser feita. Parece que vamos até estender um pouco mais para votar o orçamento como está, ou com alguma emenda que já está acertada. Realmente, V. Exa. demonstra cansaço também. Fiz 40 emendas na minha região e não foi atendida nenhuma. Mas agora podemos começar a correr atrás. Este é um Poder que tem poder. Ele demonstrou isso. Se tivesse ficado firme, era 10 a 0, porque não daria tempo de votar e publicar. Entretanto, parabéns. Parabéns àqueles que acordaram. Os governistas ganharam. De repente, aquele que era uma vítima, que está prostrado, torna-se o grande articulador do grande acordo que mostrou que essa herança de impostos continua, que o negócio é "draculiano" mesmo. É o espírito que tem que ser tirado, porque o Brasil só encontra soluções em impostos, até para que o nosso Governador possa olhar para alternativas muito maiores, que poderão distribuir a riqueza entre o povo. Quero dizer e afiançar que a maior riqueza que temos é o nosso povo. Os Deputados estão de parabéns, são lutadores, e V. Exa. é um dos melhores Deputados.

O Deputado Durval Ângelo - Nobre colega, concedo o aparte, mas antes eu gostaria de dizer uma coisa. Lembro-me muito bem de que, há cerca de dois anos, neste Plenário, o Deputado Carlos Pimenta contou uma história. Talvez nem ele se lembre disso, mas eu a guardo muito bem. Disse que um rei muito poderoso estava querendo conhecer a verdade e trazia sábios do mundo inteiro para lhe mostrar qual era a verdade. Ninguém conseguia saciar a sede de conhecimento desse rei. Ele lia livros, pesquisava, interessava-se por outras culturas, por outros povos, na busca de conhecer a verdade. Um dia, um filósofo, passando por sua cidade, todo o povo disse que aquele era um dos homens mais sábios que ali se encontrava. O rei se despiu de todo o seu orgulho, de seu trono e foi se encontrar com o filósofo. E ele lhe disse o seguinte: a verdade é algo muito simples e até fácil de ser encontrada. V. Exa. vá para o jardim do seu palácio e fique atento, bem atento ao pôr do sol, ao entardecer. Fique atento porque, no momento em que se der a separação do dia e da noite, V. Exa. vai perceber o que é a verdade e sua profundidade. O rei foi armar o seu trono no jardim e ficou sentado, esperando realmente a mudança do dia para a noite. Mas, na hora, no momento crucial em que o sol se punha, um bando de gansos de um lago levantou vôo e desviou a atenção do rei. Tendo a atenção desviada por aquele bando de gansos que fazia um barulho enorme, o rei não percebeu a mudança da tarde para a noite. Essa história tem uma profundidade muito grande. Fala da descoberta da verdade em questões simples, em questões, muitas vezes, até triviais, como o mistério do dia e da noite. Só que, muitas vezes, a algazarra, a falta de reflexão e a desatenção nos afastam da verdade. Talvez V. Exa. tenha razão. O cansaço de todos esses dias, fazendo encaminhamento, a pressão feita pelo Governo no afogadilho pode ter-nos afastado da verdade. A desatenção do Deputado Gilmar Machado na manhã de ontem deve ter contribuído muito naquela revoada de gansos que o Deputado Péricles Ferreira fez, na denúncia no início da sessão, que desviou o interesse de todo o mundo para intervir na questão do Deputado Marcos Helênio, e o requerimento foi esquecido de ser conferido. Talvez o fato de nós o tirarmos do Plenário para ir negociar na pressão tenha nos afastado de perceber que poderíamos ter resistido mais. Reconheci isso, V. Exa. tem razão, mas não é fácil 17 Deputados enfrentarem 60. São 60 Deputados com poucas exceções, algumas valiosas, raras, dignificantes, mas 60 Deputados que, muitas vezes, têm um problema grave, uma doença, uma compulsão, uma "governite" aguda e não conseguem resistir a nada, não conseguem falar contra o Governo.

O Deputado Péricles Ferreira, hoje, num debate de 1h30min, no Canal 25, lembrou a frase do Deputado José Ferraz, que hoje é Conselheiro, dizendo que, quando era Líder do Governo, dizia assim: "Deputado do Governo não fala, não pensa, só vota". Isso caracteriza muitos e muitos Deputados que votam no Governo. É a palavra de um ex-Líder do próprio Governo. Ai vamos ver que não é fácil enfrentar uma situação como essa.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Quero antecipar a V. Exa. que o nosso Líder, Deputado Anderson Aduato, está providenciando a emenda acordada com o relator e com o Presidente da Casa.

Além disso, Deputado Durval Ângelo, gostaria que V. Exa. prestasse atenção. Quando fez referência à nossa bancada, V. Exa. sabe que essa tomada de atitude foi exclusivamente por falta de respeito do Sr. Governador do Estado, que estava jogando sempre na divisão da bancada, desmoralizando, humilhando os Deputados do PMDB desta Casa, tentando, com isso, manter sua Maioria às custas da quebra de uma importante dimensão desta Casa, que é o PMDB. O Governo promove uma das maiores perseguições aos Deputados do PMDB no interior, esse Governo que está aí, Srs. Deputados.

Então isso foi muito bom, isso nos uniu, nos fortaleceu. E hoje, graças a Deus, o PMDB está buscando o norte, voltando às suas origens, sempre na defesa dos interesses do povo. E é esse PMDB que, se Deus quiser, sempre estará ao lado do social, dos interesses do povo mineiro. E dentro desse propósito, Srs. Deputados, haveremos de ter muitos embates nesta Casa, defendendo os mesmos interesses que, tenho certeza, V. Exa. defende intransigentemente, que são os interesses do povo mineiro.

Quero desejar a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados um feliz ano novo, e também a todos os telespectadores, a todos os funcionários desta Casa que colaboraram conosco, enfim, a todos, pois o sacrifício foi compensado. É a nossa obrigação, somos pagos para isso, não é favor nenhum, mas quero desejar que vocês passem o ano novo juntamente com suas famílias, desejo um feliz 1998, cheio de paz e esperança e com melhores dias.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Faltam 16 minutos, e quero parabenizar V. Exa. Acho que V. Exa. fez o que toda a Bancada da Oposição desta Casa deveria

fazer.

Eu fiquei um pouquinho chateado pela maneira como foi tratado o companheiro Raul Lima Neto, que ficou afastado de qualquer processo. Entendo que, quando vocês fizeram todos os acordos e deixaram o Deputado Raul Lima Neto de lado, não foi isso que ele plantou aqui, durante esses dois dias de obstrução, acompanhando as Bancadas do PT e do PMDB.

Eu gostaria também de colocar para V. Exa. que isso foi bom. Há cerca de uma semana eu dizia que o processo sucessório já havia sido detonado. Hoje sabemos quem é quem dentro desta Casa. Sabemos quem é Governo, quem é Oposição. Sabemos que existe o grupo do PT, o grupo do PMDB e o grupo do Governador Eduardo Azeredo. Portanto, eu gostaria que esse grupo fosse reconhecido. V. Exa. disse que Deputado do Governo vota, não fala nada e nem pensa. Agora, Deputado do Governo vota, não fala nada, não pensa, mas tem de levar obras para suas bases. Neste momento, quando o Governador Eduardo Azeredo deve estar assistindo à TV do Legislativo, deverá ver quem é quem, pois ele precisará ajudar os Deputados que o apoiam nesta Casa, no momento dos pleitos eleitorais. Todo o mundo viu o clima que vivemos durante esses últimos dois dias neste Plenário. Agora o reconhecimento também terá de vir. Existe um ditado que diz: "Quem não agradece não merece o favor que recebeu." A melhor forma de você receber outro favor é agradecendo. Portanto, acho que está na hora de o Governador Eduardo Azeredo começar a agradecer esta Casa, isto é, trazer os pleitos e fazer as obras das quais necessitamos. Por exemplo, os recursos do IPVA poderão ser utilizados na minha campanha pró-Belo Horizonte. Podemos utilizá-los no trânsito de Belo Horizonte, nas grandes obras do sistema viário da nossa Capital. Isso eu venho pregando, venho batendo nessa tecla.

Nobre Deputado Raul Lima Neto, eu gostaria de complementar.

O Deputado Durval Ângelo - Logo em seguida, eu irei conceder o aparte. Talvez eu até tenha de solicitar questão de ordem, porque o tempo está muito curto.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Está na hora de fazer essas benfeitorias no sistema viário.

Acho que V. Exa. e esta Casa brilharam. No entanto, se não fosse o trabalho do Secretário da Casa Civil, o companheiro Agostinho Patrús, que é o responsável pela ligação do Legislativo com o Executivo, esse acordo, com certeza, não sairia. Se não fosse o companheiro Agostinho Patrús trabalhar intensamente nesses dois dias com os companheiros, tal acordo não seria firmado. Por isso é que o Governador Eduardo Azeredo escolheu um Deputado Estadual, que é ligado a todos os Deputados, para conduzir esse processo. Tenho certeza disso e quero parabenizar o companheiro da Casa Civil.

O Deputado Durval Ângelo - Eu tenho a informação de que ele estava em Nova Iorque durante todo o nosso período de discussão. V. Exa. esteve em Nova Iorque com ele ou telefonou para ele? Talvez o Presidente da Casa tenha se entendido com ele. Eu gostaria de saber. O Vice-Governador estava esquiando na Suíça no ano passado. O Chefe da Casa Civil está em Nova Iorque. O João Heraldo está em Minas Gerais. Esse, que todos gostariam que estivesse longe, está em Minas Gerais. Acho que V. Exa. pode estar equivocado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Deputado, agora eu fiquei confuso, porque eu tinha certeza de que o Secretário da Casa Civil, que é colocado para fazer a ligação entre o Legislativo e o Executivo, porque conhece todo o trabalho, sem dúvida, havia exercido influência fundamental. Mas já que V. Exa. está colocando que ele está nos Estados Unidos, encerro as minhas palavras, desejando a V. Exa. e a todos os companheiros um bom 1998, com muita paz, muita saúde e muitos votos para o ano que vem, esperando, também, contar com os votos dos seus eleitores para mim. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Deputado Alencar da Silveira Júnior, eu gostaria que V. Exa. aguardasse a resposta. Discordo totalmente da visão que V. Exa. manifesta sobre o que é o Poder Legislativo. Voltaire disse o seguinte: "Posso discordar de tudo o que dizeis, mas defenderei até a morte o nosso direito de dizê-lo." Então, quem não aceita que possamos falar aqui, usando o "requerimento-rolha", é a Bancada do Governo. A ela, o pensamento de Voltaire significa uma ameaça. Gostaria de dizer que o Poder Legislativo não quer dizer ao Poder Executivo que ele deve fazer obras, distribuir PADEM ou tratar dessas questões. Nossas funções, garantidas pela Constituição Federal, são fiscalizar e legislar. Nós, da Bancada do PT, sentimos-nos felizes em exercer esta função: impedir que seja votado um imposto, mesmo que seu resultado seja dirigido para obras em bases eleitorais do Governo. Mas obras, só se estiverem sendo feitas agora. Porque, até hoje, não está havendo obra do Governo em lugar nenhum. Talvez a partir de agora, com o IPVA, os Deputados, como o Alencar da Silveira Júnior, que têm uma visão equivocada sobre o que é um parlamento, tenham entendido melhor. Mas V. Exa. tem um grande mérito: tem a coragem e a honestidade de dizer isso. Muitos outros pensam dessa forma e acabam não tendo coragem de assumir. Acho que V. Exa. tem um enorme mérito.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte) - Ouvi V. Exa. dizer em alto e bom som que até agora não viu obras. Talvez V. Exa. não esteja viajando por este Estado. Se viaja, intencionalmente não enxerga. Vou mencionar apenas a área por onde viajo e que represento. Se V. Exa. passar pela BR-259, de Sabinópolis ao Serro, vai ver 30km de estrada asfaltada prontinha para ser inaugurada. Se V. Exa. descer o rio Doce, na mesma BR-259, vai saber que inauguramos, recentemente, 60km de asfalto, de Conselheiro até Resplendor. Vai ver a obra gigantesca da ponte sobre o rio Doce, um desafio até mesmo pela questão de prazo, que está sendo executada. Se descer mais um pouquinho e entrar à direita, vai ver máquinas asfaltando, da BR-259 até Quatitubo um distrito de Itueta, cidade que eu tenho a honra de representar. São 5km de asfalto para atender a um distrito de Itueta importantíssimo, porque é um grande parque cafeeiro. Se V. Exa. viajar na BR-116, em Valadares, entrando à esquerda, irá ver 28km de asfalto prontos, até Tronqueiras, e as máquinas trabalhando na direção de Guanhões. Se V. Exa. andar mais um pouquinho, até Teófilo Otôni, na BR-116, e entrar à esquerda, no Posto Jangadeiro, vai ver as máquinas da PAVOTEC asfaltando 20km: 3km já estão prontos, 5km estão preparados, e mais 10km de terraplanagem já foram feitos.

Se isso não lhe basta, Excelência, e se o tempo me permitisse, eu diria sobre a revolução na educação, sobre a eletrificação rural e urbana. Em apenas 15 dos municípios que represento, mais de 3.000 propriedades receberam luz elétrica. E V. Exa. conhece isso muito bem. Então, dizer isso... Aqui mesmo, na BR-040, houve a duplicação até Sete Lagoas, a 381. Eu já concluí, porque, se eu fosse dizer tudo o que eu sei e que V. Exa. sabe mas não quer enxergar, o tempo realmente não daria. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - V. Exa. falou que Deputado do Governo aqui não vota, não vê e não fala. Mas Deputado do Governo ganha obra. Esses pedidos todos são só de um, só do Deputado Ermano Batista. Agora, V. Exa. já imaginou o resto dos Deputados que votaram no Governo? Falo também das minhas obras. O PROSAM está aí, estará despoluindo a lagoa da Pampulha, e foi um pedido do Deputado Alencar da Silveira Júnior. A Via Expressa está chegando até Betim, e foi um pedido do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Vamos fazer uma fila de pedidos e mostrar que o Governo está atendendo a seus Deputados. Um Deputado tem toda essa relação. V. Exa. já imaginou 70 Deputados?

O Deputado Durval Ângelo - Solicito a volta de meu tempo, senão não vai ser possível, pois 1 hora é muito pouco para discutirmos essa questão. Peço licença ao Deputado. Deputado, essa questão tem que ser tratada com uma seriedade maior. Da forma como o Deputado Ermano Batista fez, podemos discutir a questão. Primeiro, que as três primeiras obras citadas são do Governo Federal, sendo que o Governo Estadual, muitas vezes, vai à inauguração. Essa é uma atitude importante. O Governador tem aviões e helicópteros com grande atividade que lhe permitem estar presente a algumas inaugurações dessas. Respeito a posição do Deputado Ermano Batista. Mas S. Exa. levantou uma questão que não vou responder, porque acredito que ela deva ser tratada com mais seriedade.

Estava em meu pronunciamento falando em ganhos e, Deputado Paulo Pettersen, não só de derrotas. Quero dizer que tivemos um ganho importante: o fato de assistirmos, de forma patética, a um Secretário da Fazenda - que eu achava se sentir com o rei na barriga, mas que, hoje, vejo que se sente como um rei - vir a esta Casa pedir desculpas, trazendo uma carta assinada. Essa foi uma demonstração importante da grande trapalhada que o João da Fazenda fez. O Governo Estadual sai derrotado nesse episódio, pois o Governador demonstrou muita inabilidade política em conduzir o processo e teve que engolir, mesmo que tímidas, as mudanças aprovadas. Também saem derrotadas daqui as Lideranças do Governo, pois mostrou-se claramente que o Governo as joga no fogo, no maior desrespeito. Enquanto eles tentavam consertar de um lado, o Secretário da Fazenda acabava atrapalhando o processo todo. Agora o imposto está aí e vai salgar o bolso do contribuinte. O imposto vai trazer um peso a mais na tão difícil vida de cada cidadão e cidadã deste Estado. Podemos dizer sem erro que o povo vai saber julgar quem votou a favor e quem votou contra o imposto. O povo vai saber julgar o seu Governador, que mostrou ser de muito pouca criatividade. A cada ano um pacote chega a esta Casa, um saco de maldades é jogado nesta Casa, com o qual ele procura responsabilizar a população, ou demitindo os servidores, ou cortando os gastos em áreas sociais, ou aumentando impostos para solucionar um problema que tem uma causa muito mais profunda, que precisaria sofrer uma reflexão bem mais ampla. Por isso, queremos dizer que o grande julgamento que teremos em todo esse episódio é o popular. Cada um dos senhores vai responder em suas bases pelo que votaram aqui. Isso faz parte da democracia. Somos um Poder derivado. O poder, como a própria Constituição estabelece, emana do povo e em seu nome tem que ser exercido. Recebemos uma delegação para exercer esse poder. Se o exercermos com grandeza, o retorno será grande por parte da população.

Se o exercermos numa visão medíocre, também seremos cobrados por essa posição.

Desejo a cada colega, aos servidores desta Casa e a todos os que acompanharam os debates deste Plenário um feliz Natal e que o ano de 1998 seja um ano mais feliz para a população

brasileira, um ano com mais democracia, em que palavras como saúde e educação não sejam palavras vãs, em que a justiça e a vida possam prevalecer em nossa sociedade. Um sonho, mas vivemos de sonhos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

#### ACORDO DE LÍDERES

Os Líderes de bancada ou de bloco parlamentar que compõem o Colégio de Líderes comunicam a V. Exa. que acordam em que sejam recebidas, em Plenário, as seis emendas, em anexo, ao Projeto de Lei nº 1.426/97.

Sala das Reuniões, de 1997.

Mauri Torres, Líder do Bloco da Maioria - Ivair Nogueira, Líder do Bloco PDT-PMDB - Wilson Pires, Líder do Bloco PFL-PPS - Sebastião Helvécio, Líder do Bloco PPB-PSN-PSD - Ajalmar Silva, Líder da Maioria.

#### EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.426/97

##### EMENDA Nº 2.291

Órgão e/ou entidade beneficiada: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto do gasto: Auxílios Financeiros Diversos - Outras despesas de capital - Convênios com municípios e entidades privadas. Valor: R\$4.350.000,00 (quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais). Órgão(s) e/ou entidade(s) deduzida(s): Reserva de Contingência. Subprojeto e/ou subatividade deduzida(s) e/ou anulada(s): Reserva de Contingência.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1997.

##### EMENDA Nº 2.292

Órgão e/ou entidade beneficiada: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto do gasto: Auxílios Financeiros Diversos - Outras despesas correntes - Convênios com municípios e entidades privadas. Valor: R\$4.350.000,00 (quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais). Órgão(s) e/ou entidade(s) deduzida(s): Reserva de Contingência. Subprojeto e/ou subatividade deduzida(s) e/ou anulada(s): Reserva de Contingência.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1997.

##### EMENDA Nº 2.293

Órgão e/ou entidade beneficiada: Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Objeto do gasto: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Outras despesas de capital - Convênios com municípios. Valor: R\$8.652.000,00 (oito milhões seiscentos e cinquenta e dois mil reais). Órgão(s) e/ou entidade(s) deduzida(s): Reserva de Contingência; DER-MG. Subprojeto e/ou subatividade deduzida(s) e/ou anulada(s): Reserva de Contingência; R\$7.752.000,00; Construção de Rodovias - Implantação e Pavimentação de Rodovias: Região Vertente do Caparaó-Mutum: R\$400.000,00; Região Vale do Rio Piranga-Araponga-Canaã: R\$500.000,00.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1997.

##### EMENDA Nº 2.294

Órgão e/ou entidade beneficiada: Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Objeto do gasto: Programa Pró-Comunidade - Outras despesas de capital - Convênios com municípios e entidades privadas. Valor: R\$ 12.215.325,00 (doze milhões duzentos e quinze mil trezentos e vinte e cinco reais). Órgão(s) e/ou entidade(s) deduzida(s): Reserva de Contingência; DER-MG. Subprojeto e/ou subatividade deduzida(s) e/ou anulada(s): Reserva de Contingência; R\$11.315.325,00; Construção de Rodovias - Implantação e Pavimentação de Rodovias: Região Vale do Sapucaí-Cambuí - Senador Amaral: R\$300.000,00; Região Baixo Sapucaí-Carvalhópolis: R\$600.000,00.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1997.

##### EMENDA Nº 2.295

Órgão e/ou entidade beneficiada: Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. Objeto do gasto: Programa Pró-Comunidade - Outras despesas correntes - Convênios com municípios e entidades privadas. Valor: R\$9.132.675,00 (nove milhões cento e trinta e dois mil seiscentos e setenta e cinco reais). Órgão(s) e/ou entidade(s) deduzida(s): Reserva de Contingência; DER-MG. Subprojeto e/ou subatividade deduzida(s) e/ou anulada(s): Reserva de Contingência; R\$8.232.675,00; Construção de Rodovias - Implantação e Pavimentação de Rodovias: Região Vale do Paranaíba - Uberlândia: R\$400.000,00; Região Central-Ouro Branco - Ouro Preto: R\$500.000,00.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1997.

##### EMENDA Nº 2.296

Acrescente-se ao art. 8º o seguinte § 2º, passando-se o parágrafo único a § 1º:

"Art. 8º - ....

§ 2º - As empresas controladas pelo Estado enviarão à Assembléia Legislativa relatório analítico sobre as suplementações a que se refere o parágrafo anterior, informando a destinação dos créditos suplementares, no prazo de 30 (trinta) dias da suplementação."

Sala das Reuniões, de dezembro de 1997.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão.No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto, pelo Colégio de Líderes, 6 emendas, que receberam os nºs. 2.291 a 2.296, as quais serão submetidas a votação, independentemente de parecer.

- A seguir, vêm à Mesa e são deferidos, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Irani Barbosa, solicitando a votação destacada das Emendas n.ºs 1.613 a 1.618, 2.007, 2.072 a 2.075 e 2.207; Rêmolo Aloise, em que solicita a votação destacada das Emendas n.ºs 2.283 a 2.285; Antônio Roberto, em que pede a votação destacada das Emendas n.ºs 489 a 498; Antônio Andrade, em que solicita a votação destacada da Emenda n.º 1.653; e Gilmar Machado, em que solicita, na forma regimental, a votação destacada das Emendas n.ºs 1.495 e 1.496 ao Projeto de Lei n.º 1.426/97.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Durval Ângelo - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados, votaram "não" 8 Deputados, num total de 51. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas e destaques. Em votação, as Emendas n.ºs 2.210 a 2.290 e a Subemenda n.º 1 às Emendas n.ºs 2.208 e 2.209, que receberam parecer pela aprovação, salvo destaque. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, as Emendas n.ºs 1 a 412, 415 a 419, 421 a 424, 426 a 1.494, 1.497 a 2.009, 2.012, 2.013 e 2.015 a 2.207, que receberam parecer pela rejeição, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, as Emendas n.ºs 2.291 a 2.296. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda n.º 1.613, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.614, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.615, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.616, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.617, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.618, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.007, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.072, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.073, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.074, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.075, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.284, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.207, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.283, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 2.285, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.495, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda n.º 1.496, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 490, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 491, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 492, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 493, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 494, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 495, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 496, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 497, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 498, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda n.º 1.653, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei n.º 1.426/97 com as Emendas n.ºs 1.495, 1.496, 1.653, 2.210 a 2.282, 2.286 a 2.296 e as subemendas que receberam o n.º 1 às Emendas n.ºs 2.208 e 2.209. À Comissão de Redação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a Reunião Solene de Encerramento da 3ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, a ser realizada a seguir. Levanta-se a reunião.

#### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 30/12/97, as seguintes comunicações:

Do Deputado Alencar da Silveira Júnior (2), dando ciência do falecimento da Irmã Maria dos Reis, no Município de Itabirito, e do Sr. Geraldo Ferreira da Silva, no Município de Cachoeira da Prata.

Do Deputado Paulo Schettino (2), dando ciência do falecimento dos Srs. Joaquim Francisco Pinto, em 16/12/97, no Município de Soledade de Minas, e Antônio Braga Filho, em 1º/12/97, no Município de Luz.

#### CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

#### CORRESPONDÊNCIA\*

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 9/1/98, a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Maurício de Freitas Teixeira Campos, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, encaminhando cópia de ofício do Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI - informando sobre a implantação de distritos industriais em municípios da RMBH.

Do Sr. Arnaldo Lemos Figueiredo, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais (2), encaminhando cópia de extrato de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Arnaldo Lemos Figueiredo, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais, encaminhando cópia de extrato de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e as Associações Brasileiras dos Criadores de Cavalos Campolina e do Cavalos Pônei e a Associação Brasileira dos Criadores do Jumento Pêga. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. José Gregori, Secretário Nacional dos Direitos Humanos, informando sobre convênio firmado entre o Ministério da Justiça, por meio dessa Secretaria, e a Secretaria do Trabalho. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Aureolano Miranda, Prefeito Municipal de Indaiabira, solicitando apoio a reivindicação feita junto ao Tribunal de Justiça do Estado para transferência de comarca do município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Carlos Alberto Parrillo Calixto, Prefeito Municipal de Santa Luzia, solicitando apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 1.549/97. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.549/97.)

Dos Srs. José João de Souza e José Silvério Felício da Cunha, Prefeitos Municipais de Uruçânia e Ponte Nova, respectivamente, solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.233/97. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.233/97.)

Do Sr. Antônio Cláudio Valentim da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Espera Feliz, encaminhando, a pedido do Vereador José Santos Zanon, cópia de moção de repúdio e protesto contra o uso indiscriminado de agrotóxicos em sua região. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Eduardo José Lima de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia da moção de aplausos a esta Assembléia, de autoria da Vereadora Sueli Reis de Souza, pela outorga da Comenda do Mérito Legislativo ao Monsenhor Luiz de Freitas Pires.

Do Sr. Eduardo José Lima de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia da moção de apoio à categoria dos trabalhadores rodoviários de Juiz de Fora em defesa da livre organização dos trabalhadores, de autoria do Vereador Paulo Rogério dos Santos. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Geraldo Jabbur, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, encaminhando cópia de projeto de lei do Prefeito Municipal dessa cidade, o qual dá nova redação a artigos da lei que trata dos serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Gilberto Delfim de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, encaminhando cópia de moção de autoria do Vereador Galba Rodrigues Ferraz em que manifesta sua posição contrária aos projetos do Governo do Estado que visam a aumentar o valor das taxas judiciárias, das custas e dos emolumentos. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.549/97.)

Do Sr. Paulo Roberto de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Janaúba, solicitando, a requerimento do Vereador Efigênio Soares de Oliveira, que se modifique a Lei nº 11.669, de 13/12/94, que institui o dia 30 de setembro como o Dia Estadual do Vereador, em razão da divergência com a Lei Federal nº 7.212, de 20/7/84, que institui o dia 1º de outubro como o Dia Nacional do Vereador. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Ciriaco Serpa de Menezes, Superintendente Regional da CODEVASF-1ª SR, encaminhando, em atendimento à determinação da Lei nº 8.666, de 21/6/93, cópia de convênio firmado com o Colégio Razão S/C Ltda. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal (5), notificando a liberação de recursos financeiros destinados ao Estado e à COPASA-MG, bem como a celebração de contratos entre o Estado e aquela instituição financeira.

Da Sra. Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária Adjunta de Políticas de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho (2), encaminhando cópias de termos aditivos a convênios firmados entre o Ministério e a Secretaria do Trabalho.

Do Sr. Ulysses Cesar A. de Melo, Subsecretário de Assuntos Administrativos, do Ministério da Cultura, informando sobre o convênio firmado entre o órgão e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, visando à reconstrução do Palácio das Artes. (- Distribuídos à Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite, Secretário Adjunto de Administração, informando, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, que foi encaminhada consulta à Secretaria da Educação sobre o imóvel onde se pretende instalar a Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro. (- À Comissão de Justiça. Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.477/97.)

Da Sra. Carmelina dos Santos Rosa, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, informando sobre convênio firmado entre o órgão e a Prefeitura Municipal de Araguari.

Da Sra. Cecília FOLONI Ferraz, Coordenadora-Geral do Fundo Nacional do Meio Ambiente, informando sobre convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o IEF para a execução do Projeto Qualidade Ambiental da Microbacia do Córrego do Tripui. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Estevam Jesuino de Las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes, Imóveis e Serviços, da Secretaria de Administração, informando, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, que à Secretaria de Esportes, à qual se encontra vinculado o imóvel objeto do Projeto de Lei nº 1.381/97, foi encaminhada consulta sobre a possibilidade da reversão pretendida. (- À Comissão de Justiça. Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.381/97.)

Do Sr. Estevam Jesuino de Las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes, Imóveis e Serviços, da Secretaria de Administração, informando, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, que à Secretaria da Educação, à qual se encontra vinculado o imóvel objeto do Projeto de Lei nº 1.438/97, foi encaminhada consulta sobre a possibilidade da reversão pretendida. (- À Comissão de Justiça. Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.438/97.)

Do Sr. Estevam Jesuino de Las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes, Imóveis e Serviços, da Secretaria de Administração, informando, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça, que à Secretaria de Obras Públicas foi encaminhada consulta a respeito da denominação do trecho da Rodovia MG-329 que liga as cidades de Ponte Nova e Rio Casca. (- À Comissão de Justiça. Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.492/97.)

Dos Srs. Antônio César de Faria e José Aurélio dos Santos, Defensores Públicos do Estado, solicitando apoio para aprovação da emenda ao Projeto de Lei nº 1.392/97 que regulariza a situação funcional de advogados servidores públicos junto à Defensoria Pública do Estado. (- Anexem-se ao Projeto de Lei nº 1.392/97.)

Do Sr. Alexandre A. Lima de Marca, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Além Paraíba - ACIAP -, solicitando a rejeição do pacote tributário enviado a esta Casa pelo Executivo. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.425/97.)

Do Sr. Carlos Anísio Rocha Figueiredo, Presidente do Conselho de Consumidores da CEMIG, solicitando empenho para a rejeição da proposta de elevação da alíquota do ICMS sobre a energia elétrica para uso residencial. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.548/97.)

Do Sr. Francisco Rezende dos Santos, Vice-Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUS -, enviando parecer sobre a inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.549/97, que propõe a receita adicional de 50% sobre os emolumentos recebidos pelos Oficiais de Registro e Tabeliães. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.549/97.)

Do Sr. Wagner Túlio de Faria Pereira, Diretor-Presidente da Associação dos Funcionários do BDMG, solicitando que se debata mais detalhadamente o Projeto de Lei nº 1.550/97, que dispõe sobre a incorporação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos - FAE - ao patrimônio da COPASA-MG. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.550/97.)

Da Sra. Maria Elice Nery Procópio, Coordenadora do Programa Saúde da Família - PSF/PACS - da Secretaria da Saúde, informando acerca da distribuição de equipes de saúde da família no Estado.

#### TELEGRAMAS

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, informando que foi encaminhado à Secretaria de Agricultura o Ofício nº 2.805/97/SGM. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Sra. Lucrécia Etelvina de Souza Pereira, solicitando apoio à aprovação da emenda ao Projeto de Lei nº 1.392/97, a qual cria quadro suplementar, absorvendo, na Defensoria Pública, os advogados que prestam colaboração e ainda não foram efetivados. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.392/97.)

\* - Fica sem efeito a publicação da correspondência despachada pelo 1º-Secretário verificada na edição de 13/1/98.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 146/97 - Objeto: fornecimento e instalação de armários - Licitante: Serbra Limitada.

##### TERMOS DE CONTRATO

##### Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: SENAC - Serviços de Aprendizagem Comercial. Objeto: realização de cursos de informática. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação e redução do preço. Vigência: 10/1/98 a 10/1/99. Assinatura: 16/12/97.

##### Termos de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratados: Ceot - Centro de Ortopedia e Traumatologia Ltda., Centro Diagnóstico Ultrassom de Medicina Interna Ginecologia e Obstetria Ltda., Centro de Quimioterapia Antituberculosa e Imunoterapia Ltda., Centro de Diagnóstico Otorrinolaringológico S/C Ltda., Fisiograma - Consultório de Fisioterapia Ltda., Interlabor Patologia Clínica S/C Ltda., Cooperativa de Saúde de Belo Horizonte, Sermig - Serviços de Radiologia e Ultrassonografia de Minas Gerais Ltda. Objeto: assistência médica. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: inexigibilidade, art. 25, "caput", Lei nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.